



A Situação
Demográfica
Recente em
Portugal

The
demographic
changes in
Portugal

Autoras: Maria José Carrilho

Directora-adjunta do Departamento de Estatísticas Censitárias e da População do Instituto Nacional de Estatística

E-mail: mjose.carrilho@ine.pt

Lurdes Patrício

Técnica Superior de Estatística do Departamento de Estatísticas Censitárias e da População/Serviço de Estudos sobre a População do Instituto Nacional de Estatística

E-mail: lurdes.patricio@ine.pt

Resumo:

A população portuguesa acelerou o ritmo de crescimento na viragem do século devido à intensificação do saldo migratório positivo, permanecendo o saldo natural fraco.

A baixa fecundidade, o aumento da esperança de vida, mais rápido entre os homens, e as fortes correntes imigratórias são os aspectos marcantes da evolução demográfica recente.

A diminuição do número de casamentos e o incremento tanto dos nascimentos como dos divórcios confirmam as mudanças nos modelos familiares em Portugal.

Analisa-se, no presente trabalho, os comportamentos das variáveis demográficas responsáveis pelas grandes alterações ocorridas na estrutura etária da população e que determinaram o grau de envelhecimento da população e a dimensão que a mesma observa.

Palavras Chave:

Fecundidade, Esperança de vida, Migrações, Envelhecimento

Abstract:

The accelerating pace of population growth in the turning of the century is the result of a strong and positive net migration.

The low fertility, the increase of expectancy of life, more rapid among men, and the substantial migratory flux are the remarkable aspects of the demographic evolution in Portugal.

The fall in the number of marriages and the rise in both the number of wedlock births and the number of divorces confirm the new familiar models in Portugal.

The aim is to study the patterns of demographic variables responsible for the major changes in both population size and age structure of the population and culminating in its significant ageing.

Key words: fertility, expectancy of life, migrations, ageing

Introdução

As estimativas de população residente¹ utilizadas no presente artigo assentam nos resultados definitivos dos Recenseamentos Gerais da População de 2001, ajustados com as taxas de cobertura medidas no Inquérito de Qualidade. As estimativas intercensitárias para o período 1991-2000 e as estimativas pós-censitárias 2001 foram revistas, à semelhança de todos os indicadores que têm como denominador a população. Este facto explica a diferença entre o volume da população e a sua estrutura, bem como de alguns indicadores, analisados na Revista de Estudos Demográficos n.º 32. As novas estimativas estão disponíveis em duas publicações recentemente divulgadas pelo INE.

Assim, a presente *Situação Demográfica Recente em Portugal* revê a análise anteriormente elaborada, com base na nova informação e actualiza-a com as mudanças ocorridas em 2002, no campo da natalidade, mortalidade e das migrações, procurando evidenciar os aspectos mais relevantes. Em termos de tendências não se registam alterações.

As causas e os efeitos dos fenómenos demográficos manifestam-se no longo prazo, facto que determina, por vezes, uma abordagem mais vasta do que os anos mais recentes. A proximidade do momento de realização dos Censos 1991 determinou que a escolha do início do período de análise recaísse no ano de 1991, garantindo assim, uma maior fiabilidade da estrutura da população.

Os modelos de vida familiar diversificaram-se em Portugal e a família está directamente implicada na construção do modelo demográfico em vigor, aspectos estes analisados no número temático da Revista de Estudos Demográficos, n.º 33.

1. População

A dinâmica do crescimento da população residente em Portugal, no período de 1991-2002, caracteriza-se pela redução do saldo natural, que atinge os valores mais baixos a meio do período, induzida pela queda da natalidade, pela inversão da tendência dos saldos migratórios, os quais se tornaram positivos em 1993 e pelo agravamento progressivo do envelhecimento demográfico isto é, pelo aumento da proporção da população idosa (65 ou mais anos) no total da população.

Em 31 de Dezembro de 2002 a população residente em Portugal foi estimada em 10 407 465 indivíduos, dos quais 5 030 247 homens e 5 377 218 mulheres. Comparativamente ao final de 2001 a população residente aumentou 78 125 indivíduos, ou seja 0,75%. O acréscimo foi mais acentuado nos homens (0,83%) do que nas mulheres (0,69%).

Quadro 1

Evolução da Situação Demográfica em Portugal, 1991-2002						
Anos	1991	1992	1993	1994	1995	1996
População Residente Média (milhares)	9 967,8	9 970,0	9 982,6	10 004,1	10 030,4	10 057,9
População Residente em 31.XII (milhares)	9 965,3	9 974,6	9 990,6	10 017,6	10 043,2	10 072,5
Relação de Masculinidade (%)	93,0	93,0	93,0	93,0	93,0	93,1
Nados vivos	116 286	114 914	113 949	109 213	107 084	110 243
Óbitos	103 882	100 638	105 950	99 232	103 475	106 881
Saldo Natural	12404	14 276	7 999	9 981	3 609	3 362
Saldo Migratório	-20219	-5 000	8 000	17 000	22 000	26 000
Acréscimo Populacional	-7815	9 276	15 999	26 981	25 609	29 362
Taxa de Crescimento Natural (%)	0,12	0,14	0,08	0,10	0,04	0,03
Taxa de Crescimento Migratório (%)	-0,20	-0,05	0,08	0,17	0,22	0,26
Taxa de Crescimento Efectivo (%)	-0,08	0,09	0,16	0,27	0,26	0,29

Anos	1997	1998	1999	2000	2001	2002
População Residente Média (milhares)	10 091,1	10 129,3	10 171,9	10 225,8	10 293,0	10 368,4
População Residente em 31.XII (milhares)	10 109,7	10 148,9	10 195,0	10 256,7	10 329,3	10 407,5
Relação de Masculinidade (%)	93,1	93,1	93,2	93,3	93,4	93,4
Nados vivos	112 933	113 384	116 002	120 008	112 774	114 383
Óbitos	104 778	106 198	107 871	105 364	105 092	106 258
Saldo Natural	8 155	7 186	8 131	14 644	7 682	8 125
Saldo Migratório	29 000	32 000	38 000	47 000	65 000	70 000
Acréscimo Populacional	37 155	39 186	46 131	61 644	72 682	78 125
Taxa de Crescimento Natural (%)	0,08	0,07	0,08	0,14	0,07	0,08
Taxa de Crescimento Migratório (%)	0,29	0,32	0,37	0,46	0,63	0,68
Taxa de Crescimento Efectivo (%)	0,37	0,39	0,45	0,60	0,71	0,75

Fonte: INE, Estimativas Definitivas de População Residente Intercensitárias, 1991-2000 e Estimativas Provisórias de População Residente, 2001 e 2002

A principal causa do crescimento da população, à semelhança do que se vem observando desde 1994, foi o saldo migratório positivo (0,68%), pois o saldo natural permaneceu fraco (0,08%).

Tanto o número de nados vivos (1,4%) como o de óbitos (1,1%) superaram em 2002, o do ano anterior, facto que explica a quase estabilidade do saldo natural (8 125). Se a variação registada nos óbitos se pode inscrever nas oscilações normais anuais do acontecimento, quer no sentido positivo quer negativo, a subida do número de nados vivos não é suficientemente expressiva para se considerar como retoma da natalidade.

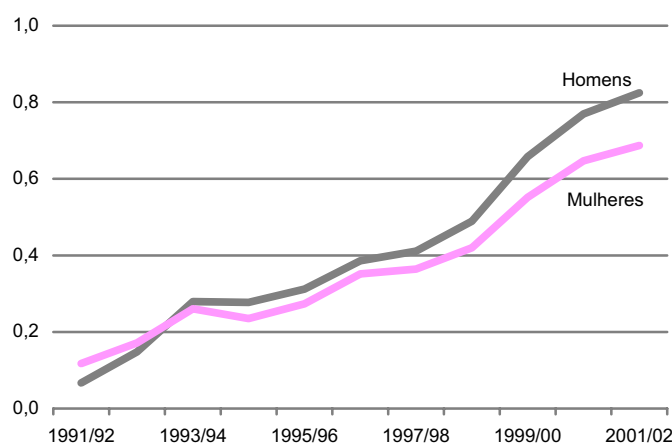
Estima-se que em 2002, o saldo migratório tenha atingido cerca de 70 000 indivíduos (79 300 entradas e 9 300 saídas), valor que excedeu em 5 000 o do ano anterior. Nos últimos anos a imigração ganhou importância, em particular a com origem nos países da Europa de Leste.

O ritmo de crescimento da população residente em Portugal acentuou-se especialmente a partir da segunda metade dos anos noventa no século XX.

Entre 1 de Janeiro de 1992 e 31 de Dezembro de 2002 estima-se que a população tenha aumentado cerca de 442 mil pessoas, apesar dos entraves registados nos dois primeiros anos do período resultantes de fluxos emigratórios moderados. Naqueles anos os baixos saldos naturais revelaram-se insuficientes para superar as correntes de saída e a população diminuiu.

Figura 1

Taxas de crescimento da população residente (%)
Portugal, 1991-2002



Com base nos diferentes comportamentos das variáveis demográficas pode dividir-se o período em análise em duas fases, compreendendo cada uma o mesmo número de anos:

Na primeira fase, de 1991 a 1996, a variação da população atingiu cerca de 107 mil indivíduos, sendo 60% explicada pelo saldo migratório. Este período é marcado por saldos naturais tendencialmente mais fracos, pertencendo aos anos de 1995 e 1996 os menores valores. Os óbitos registam um valor inferior a 100 000 indivíduos em 1994. Em 1991 e 1992 o efeito conjugado de diminutas taxas de crescimento natural e de taxas migratórias negativas provocou a diminuição de população. A taxa média anual de crescimento da população foi reduzida (0,2%).

Entre 1997 e 2002, anos que correspondem à *segunda fase* de evolução demográfica recente, o ritmo de crescimento da população acelera e triplica a taxa média comparativamente à primeira fase. Tanto a componente natural como a migratória observam uma recuperação de níveis. No entanto, o saldo natural enfraquece a sua importância relativa no crescimento da população, justificando apenas 16% do mesmo enquanto a componente migratória reforça a sua posição e representa 84%.

De 1991 a 2002 o saldo natural reduziu-se 34,5% passando de cerca de 12 404 indivíduos para 8 125, apesar dos aumentos conjunturais da natalidade nos últimos anos do século passado.

Portugal revela um ritmo de crescimento quase duplo da média estimada pelo Eurostat² para o conjunto dos países da União Europeia (UE= 0,34% em 2002) e uma evolução de sentido contrário. A Irlanda detém a taxa de

crescimento mais alta (1,2%) e a Dinamarca a mais baixa (0,4%). A Alemanha, Grécia e Suécia continuam a observar aumentos de população exclusivamente resultantes da imigração, dado que os saldos naturais são negativos.

No entanto, as comparações internacionais neste momento devem ser cautelosas, pois nem todos os países membros que realizaram a última vaga de Censos concluíram a revisão das estimativas de população com base nos novos resultados.

Norte e Lisboa e Vale do Tejo são as regiões que mais contribuem para os efectivos populacionais do país e detêm praticamente a mesma importância relativa (cerca de 35%). Mais de metade da população residente em Portugal concentrava-se, em 2002, nas NUTS Norte e Centro (52,6%). Se a estas duas NUTS se adicionar Lisboa e Vale do Tejo a concentração eleva-se a 86,5%, percentagem praticamente igual à observada em 1991.

Alentejo, Algarve e as Regiões Autónomas em conjunto não atingem os 2 milhões de habitantes. Contudo, apresentam evoluções opostas, pertencendo ao Algarve o mais forte acréscimo do período, quatro vezes superior à média do país (4,4%). Ao contrário, o Alentejo e as regiões Autónomas observaram perdas de população, sendo a mais significativa a ocorrida na Madeira.

A nível regional os ritmos de variação da população diferem como consequência dos comportamentos das variáveis demográficas e provocam as conhecidas assimetrias entre o interior e o litoral do país.³ Ao Norte, às Regiões Autónomas e a Lisboa e Vale do Tejo pertencem as taxas de crescimento natural mais elevadas. No caso das duas NUTS do Continente o efeito conjugado de taxas migratórias positivas, bem mais intenso em Lisboa e Vale do Tejo, justifica o acréscimo populacional evidenciado. As Regiões Autónomas compensam a baixa gradual dos saldos naturais com a alteração de sentido dos movimentos migratórios. Em contraste, é no Centro, no Alentejo e no Algarve que se localizam as taxas de crescimento natural negativas, acumulando esta última região a taxa migratória positiva mais forte do país.

Passando a uma desagregação geográfica mais fina, e em particular nas regiões do interior, denota-se que saldos naturais fortemente negativos associados a saldos migratórios igualmente negativos originaram grandes perdas populacionais no período em análise. Em algumas zonas o ritmo de diminuição da população desacelerou recentemente devido aos fluxos imigratórios.

2. Natalidade e Fecundidade

O número de nados vivos de mães residentes em Portugal aumentou em 2002 para 114 383, valor idêntico ao observado em 1992 (112 774 em 2001). A variável retomou assim, o andamento crescente que registava desde 1996 e tinha sido quebrado em 2001.

O ritmo de variação observado foi contudo inferior ao manifestado na segunda metade dos anos noventa.

Quadro 2

Indicadores sobre a Natalidade, Portugal, 1991-2002

Anos	1991	1992	1993	1994	1995	1996
Nados vivos	116 286	114 914	113 949	109 213	107 084	110 243
Nados vivos fora do casamento	18122	18 478	19 298	19 464	19 990	20 597
Nados Vivos fora do casamento (%)	15,6	16,1	16,9	17,8	18,7	18,7
Taxa Bruta de Natalidade (‰)	11,7	11,5	11,4	10,9	10,7	11,0
Índice Sintético de Fecundidade (nº médio de crianças por mulher)	1,56	1,53	1,51	1,44	1,41	1,44
Idade média ao nascimento do 1º filho	24,9	25,0	25,2	25,4	25,6	25,8
Idade média ao nascimento de um filho	27,2	27,4	27,5	27,6	27,8	28,0
Taxa de Reprodução Bruta	0,758	0,748	0,738	0,704	0,688	0,705
Taxa de Reprodução Líquida	0,742	0,724	0,717	0,685	0,669	0,685

Anos	1997	1998	1999	2000	2001	2002
Nados vivos	112 933	113 384	116 002	120 008	112 774	114 383
Nados vivos fora do casamento	22 063	22 802	24 186	26 642	26 814	29117
Nados Vivos fora do casamento (%)	19,5	20,1	20,8	22,2	23,8	25,5
Taxa Bruta de Natalidade (‰)	11,2	11,2	11,4	11,7	11,0	11,0
(nº médio de crianças por mulher)	1,47	1,48	1,51	1,56	1,46	1,47
Idade média ao nascimento do 1º filho	25,9	26,1	26,4	26,5	26,8	27,0
Idade média ao nascimento de um filho	28,1	28,3	28,5	28,6	28,8	29,0
Taxa de Reprodução Bruta	0,719	0,717	0,736	0,760	0,712	0,719
Taxa de Reprodução Líquida	0,700	0,698	0,718	0,743	0,697	0,704

Fonte: INE, Estimativas Definitivas de População Residente Intercensitárias, 1991-2000 e Estimativas Provisórias de População Residente, 2001 e 2002

O número de filhos de mães residentes em Portugal com nacionalidade estrangeira explicou a subida de natalidade observada em 2002. Os nados vivos de mães com nacionalidade estrangeira e residência no país multiplicaram por três a sua proporção no total nos nascimentos com vida entre 1995 e 2002, ano a que ascenderam a 6,7%.

As mães com nacionalidade dos países africanos de língua portuguesa (PALPs) detinham a parte mais importante, e sempre crescente dos nados vivos: 1,3 % em 1995 contra 3,8% em 2002.

De notar a tendência em alta do grupo residual Outros países da Europa, e que engloba os nascimentos de filhos de imigrantes provenientes de países da Europa do Leste. Estes nascimentos atingiram 1% em 2002 (0,06 em 1995).

O ritmo de crescimento dos nados vivos cuja mãe tem nacionalidade estrangeira, largamente superior ao das mães de nacionalidade portuguesa, marca a variação anual recente dos nascimentos com vida em Portugal, embora a análise só possa ser feita a partir de 1995, ano em que a variável nacionalidade passou a ser inquirida.

Se se considerar a variação positiva da natalidade ocorrida no período entre 1995 e 2002 (7 286) consta-se que cerca de dois terços é explicada pelo nascimento de filhos de mães estrangeiras, sendo a maior parte de mães com origem nos PALPs. Este incremento atenuou os efeitos no saldo natural resultantes da baixa de natalidade das mães portuguesas observada em 2001 e confirmada no ano seguinte.

Em 2002, o acréscimo de 30,4% de nados vivos de mães estrangeiras, comparativamente ao ano anterior, suavizou o efeito da variação negativa de nados vivos de mães com nacionalidade portuguesa (-6,4%).

Quadro 3

Nados vivos nascidos em Portugal, por nacionalidade das mães residentes em Portugal, 1995-2002

País Nacionalidade	1995		1997		1999		2000		2001		2002	
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
TOTAL	107 097		112 933		116 002		120 008		112 774		114 383	
EUROPA	105 139	98,14	110 586	97,92	111 758	96,34	115 110	95,92	107 934	95,71	108 622	94,96
Portugal	104 717	97,70	110 161	97,55	110 894	95,60	114 174	95,14	106 869	94,76	106 683	93,27
Alemanha	61	0,06	59	0,05	115	0,10	104	0,09	101	0,09	80	0,07
Bélgica	14	0,01	6	0,01	15	0,01	19	0,02	14	0,01	21	0,02
Espanha	81	0,08	69	0,06	120	0,10	120	0,10	99	0,09	132	0,12
França	53	0,05	73	0,06	333	0,29	356	0,30	280	0,25	340	0,30
Itália	14	0,01	15	0,01	17	0,01	36	0,03	24	0,02	25	0,02
Países Baixos	42	0,04	42	0,04	25	0,02	40	0,03	44	0,04	44	0,04
Reino Unido	74	0,07	73	0,06	79	0,07	75	0,06	95	0,08	70	0,06
Outros países U.E.	22	0,02	18	0,02	31	0,03	34	0,03	27	0,02	33	0,03
Outros países Europa	61	0,06	70	0,06	130	0,11	152	0,13	381	0,34	1194	1,04
ÁFRICA	1 425	1,33	1 788	1,58	3 387	2,92	3 928	3,27	3 649	3,24	3 873	3,39
Angola	376	0,35	542	0,48	1 353	1,17	1 559	1,30	1 396	1,24	1 496	1,31
Cabo Verde	665	0,62	697	0,62	931	0,80	1 156	0,96	1 136	1,01	1 260	1,10
Guiné Bissau	206	0,19	281	0,25	464	0,40	495	0,41	495	0,44	490	0,43
Moçambique	34	0,03	58	0,05	244	0,21	250	0,21	218	0,19	185	0,16
S.Tomé e Princ.	112	0,10	166	0,15	276	0,24	322	0,27	278	0,25	306	0,27
Total dos PALPS	1 393	1,30	1 744	1,56	3 268	2,83	3 782	3,13	3 523	3,13	3 737	3,28
Outros Países	32	0,03	44	0,04	119	0,10	146	0,12	126	0,11	136	0,12
AMÉRICA	425	0,40	406	0,36	653	0,56	716	0,60	920	0,82	1 567	1,37
América do Norte	54	0,05	70	0,06	91	0,08	93	0,08	78	0,07	109	0,10
América Central e do Sul	371	0,35	336	0,30	562	0,48	623	0,52	842	0,75	1 458	1,27
Brasil	281	0,26	267	0,24	412	0,36	469	0,39	711	0,63	1 309	1,14
Ásia e Oceania	81	0,08	123	0,11	182	0,16	232	0,19	255	0,23	304	0,27
Total de nados vivos de mães estrangeiras	2 380	2,22	2 772	2,45	5 108	4,42	5 834	4,86	5 905	5,24	7 700	6,73

Fonte: INE, Estatísticas Demográficas

A taxa bruta de natalidade manteve-se estável nos dois últimos anos em análise e ronda os 11 nascimentos com vida por mil habitantes. O nível da natalidade é superior ao estimado pelo Eurostat⁴ para o conjunto dos países membros (10,6 por mil habitantes em 2002). A taxa mais elevada continua a pertencer à Irlanda (15,4% em 2002), país que só muito recentemente deixou de assegurar as gerações. O valor mais baixo localiza-se na Alemanha e na Grécia, ambos com 8,8 nados vivos por mil habitantes. Tendo presente as limitações do indicador, que não reflecte a estrutura por idades, pode afirmar-se que a taxa bruta de natalidade segue a evolução registada em outros países da Europa Comunitária.

Em Portugal é nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira que o indicador em 2002, regista os valores mais elevados (12,9‰). Em oposição é a região do Alentejo que detém a taxa mais baixa (8,7‰).

O declínio da fecundidade deve ser avaliado quer pelo número anual dos nascimentos, com efeitos directos na dimensão da população, quer pela ordem de nascimento que permite estudar a concentração dos nascimentos, quer pelo indicador sintético de fecundidade que evidencia as modificações na dimensão da família e o grau de substituição das gerações.

Desde há vinte anos que o nível de fecundidade em Portugal permanece continuamente inferior ao nível de substituição de gerações (2,1 crianças por mulher). Esta situação ocorreu cerca de cinco anos mais tarde do que em Itália embora nunca tenha alcançado níveis tão baixos como neste país.

A fecundidade em Portugal é caracterizada pelo seu envelhecimento, com a maior frequência da natalidade a passar do grupo etário dos 20-24 anos para o grupo dos 25-29 anos e o incremento dos nascimentos entre as mães com idades superiores a trinta anos.

Em 1991, a taxa de fecundidade no grupo etário dos 20-24 anos era de 84,7‰ e no final do período em análise, ou seja em 2002, situava-se em 54,6‰; evolução inversa sofreu o grupo etário dos 30-34 anos que subiu de 64,4‰ em 1991 para 83,4‰ em 2002.

Quadro 4

Taxas de Fecundidade Segundo a Ordem de Nascimento (‰), Portugal, 1991-2002								
Idades	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002
1ª ordem								
20-24	48,7	48,1	47,6	45,8	46,7	47,8	41,9	40,9
25-29	53,7	55,5	56,7	56,7	60,1	61,3	56,0	58,0
30-34	20,8	22,3	23,8	25,6	27,9	30,7	30,1	33,1
35-39	5,0	5,5	5,9	6,1	8,1	8,4	8,0	8,7
2ª ordem								
20-24	12,7	12,7	12,9	12,7	12,2	12,3	12,0	11,3
25-29	34,3	34,3	34,1	32,6	31,6	31,8	29,4	28,0
30-34	32,9	35,5	37,3	39,0	39,0	40,7	38,3	38,2
35-39	9,3	10,4	11,5	13,1	14,0	15,2	15,5	16,0

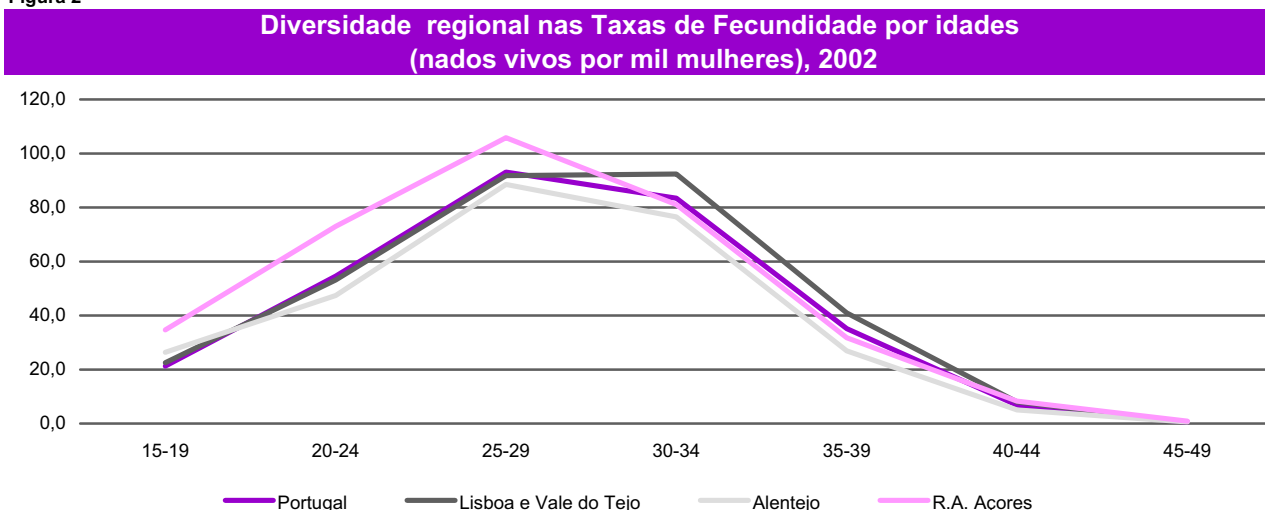
Fonte: INE, Estimativas Definitivas de População Residente Intercensitárias, 1991-2000 e Estimativas Provisórias de População Residente, 2001 e 2002

A taxa de fecundidade de segunda ordem só aumentou na faixa etária dos 30-34 anos.

Todas as regiões do país apresentam a mesma tendência nestas faixas etárias. Desde 1991 que a Região Autónoma dos Açores possui a taxa de fecundidade mais elevada nas adolescentes (15-19 anos), atingindo em 2002, 34,7‰. É no Centro (16,9‰) e no Norte (19,1‰) que as adolescentes registam taxas de fecundidade mais baixas no mesmo ano. Lisboa e Vale do Tejo agravou a taxa de fecundidade entre as adolescentes, passou de 20,4‰ em 1991 para 22,5‰ em 2002.

A heterogeneidade dos padrões de fecundidade está sintetizada na figura 2 que apresenta as curvas do fenómeno para as regiões de Lisboa e Vale do Tejo, Alentejo e Região Autónoma dos Açores, comparativamente a Portugal. Aos Açores pertencem as taxas de fecundidade mais elevadas quer entre as mães adolescentes, quer entre as mães com idades compreendidas entre os vinte e os trinta anos. Estima-se que seja a única região do país em 2002 com uma taxa de fecundidade superior a 100 nados vivos por mil mulheres dos 25-29 anos.

Figura 2



O índice sintético de fecundidade (ISF) que expressa o número de crianças por mulher tem descido embora não continuamente. Em 2002, as NUTS que apresentam o mais baixo índice sintético de fecundidade são o Centro e o Alentejo (1,4 crianças por mulher) e a região com o índice sintético de fecundidade mais elevado continua a ser a Região Autónoma dos Açores (1,7 crianças por mulher) seguida do Algarve (1,6 crianças por mulher).

A evolução da idade média ao nascimento de um filho confirma o adiar do nascimento. Numa primeira fase da baixa de natalidade, que corresponde aos anos sessenta e setenta, a idade média à maternidade seguiu a mesma tendência decrescente. O sentido inverte-se, quando a substituição das gerações deixa de ser assegurada, e que se localiza no início dos anos oitenta do século XX. Desde então que a idade média ao nascimento do primeiro filho ou de um filho, independentemente da ordem que ocupa na hierarquia dos nascimentos com vida não cessa de elevar-se.

Entre 1991 e 2002 as mulheres retardaram a idade média à maternidade cerca de dois anos. As mulheres tiveram em 2002, o primeiro filho com a idade de 27 anos em média, exactamente a mesma idade em que em 1976 tinham um filho.

É na Região Autónoma dos Açores que as mulheres são mães mais cedo, rondando a idade média ao nascimento do primeiro filho os 25 anos e é em Lisboa e Vale do Tejo que a idade média ao nascimento do primeiro filho é mais tardia, próxima dos 28 anos.

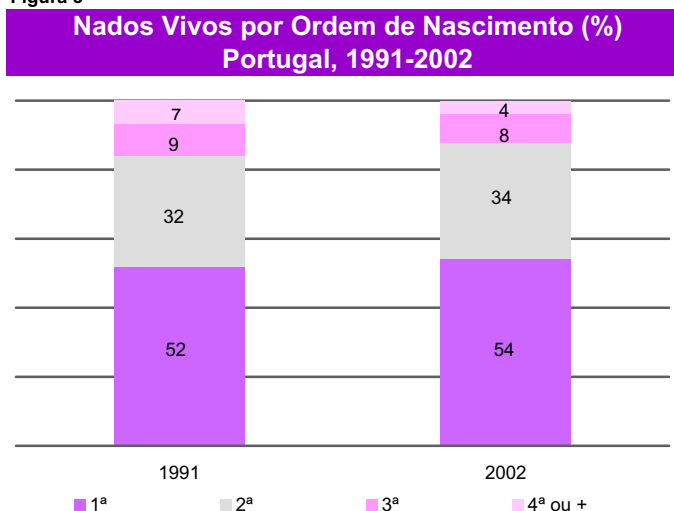
O significativo acréscimo dos nados vivos fora do casamento (15,6% em 1991; 23,8% em 2001 e 25,5% em 2002) surge como outra característica a ressaltar na evolução da fecundidade e permitiu que a proporção se aproximasse da observada na UE (28,6% em 2001). Dentro dos países com informação disponível para 2002 a Espanha ocupa a posição mais fraca (3,9%) e a Suécia a mais elevada (56,6%). Embora com ligeiras oscilações pode afirmar-se que quase todos os países evidenciam uma tendência em alta. Em Portugal o aumento, traduzido numa taxa de variação de 61%, conjugado com a diminuição do número de casamentos celebrados indicia outras formas de conjugalidade. No mesmo sentido, a importância relativa dos nascimentos fora do casamento com coabitação dos pais confirma a opção dos casais por esta forma de vivência em comum.

É sobretudo na região do Algarve (42,4%) e de Lisboa e Vale do Tejo (35,3%) que se encontram as maiores proporções de nascimentos fora do casamento; em oposição, as percentagens mais baixas situam-se na Região Autónoma dos Açores (16,9%) no Norte (16,2%). Esta posição mantém-se ao longo do período em análise, podendo avançar-se que é nas regiões de alta natalidade que o peso dos nados vivos fora do casamento é menor.

Desde 1988 que metade dos nascimentos com vida se reporta ao primeiro filho, importância relativa que se reforçou e atingiu 54,3% em 2002, contra 52,0% em 1991. A parte dos nascimentos de segunda ordem acompanha o comportamento da fecundidade, diminuindo quando esta começa a ser insuficiente para assegurar a substituição das gerações. Posteriormente, e apesar de algumas oscilações, nota-se uma ligeira tendência em alta dos nascimentos de segunda ordem no período em análise (33,5% em 2002 contra 32,0 em 1991), reflectindo a andamento da curva da natalidade nos últimos anos. Desde o final dos anos oitenta que a importância relativa dos nascimentos de terceira ordem representa menos de 10% do total dos nascimentos com vida, não cessa de recuar para se situar em 8,5% em 2002. Os nascimentos de ordem igual ou superior a quatro assumem nos

anos mais recentes valores muito pouco expressivos. De ressaltar que o incremento de natalidade em 2002, resultou exclusivamente na opção de ter um filho, ao contrário do que tinha acontecido em 2000. As famílias são pois cada vez menos numerosas.

Figura 3



As taxas de reprodução bruta e líquida, traduzem bem a evolução do índice sintético de fecundidade. De facto em 1981 a taxa líquida de reprodução era ligeiramente superior à unidade, o que significa que a substituição de cada geração estava assegurada ou seja, cada mãe tinha em média uma filha para a substituir. Nos anos noventa do século essa substituição não era garantida pois cada mãe tinha ao longo do período fecundo, em média 0,7 crianças do sexo feminino. Acompanhando o andamento do índice sintético de fecundidade, o número de filhas é, desde há mais de vinte anos, insuficiente para substituir as gerações de mulheres.

3. Nupcialidade e divorcialidade

Em 2002, celebraram-se 56 467 casamentos confirmando-se a redução observada no ano anterior tendo a taxa bruta de nupcialidade descido para 5,4‰.

Quadro 5

Indicadores sobre a Conjugalidade e Divorcialidade Portugal, 1991-2002												
Anos	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002
Casamentos	71 708	69 887	68 176	66 003	65 776	63 672	65 770	66 598	68 710	63 752	58 390	56 467
Taxa Bruta de Nupcialidade (‰)	7,2	7,0	6,8	6,6	6,6	6,3	6,5	6,6	6,8	6,2	5,7	5,4
Idade média ao 1º casamento												
Homens	26,3	26,4	26,5	26,7	26,8	27,0	27,1	27,2	27,3	27,5	27,8	28,0
Mulheres	24,4	24,5	24,7	24,8	24,9	25,1	25,3	25,4	25,6	25,7	26,1	26,4
Idade média ao casamento												
Homens	28,0	28,1	28,3	28,4	28,6	28,8	28,9	29,0	29,1	29,3	29,8	30,0
Mulheres	25,3	25,4	25,6	25,7	25,9	26,2	26,4	26,5	26,7	26,9	27,4	27,6
Indicador conjuntural dos 1ºs casamentos												
Homens	0,86	0,84	0,81	0,78	0,77	0,73	0,76	0,76	0,79	0,72	0,65	0,64
Mulheres	0,87	0,84	0,82	0,79	0,78	0,75	0,78	0,79	0,82	0,76	0,69	0,67
Divórcios	10 619	12 429	12 093	13 582	12 322	13 429	14 078	15 098	17 676	19 104	18 851	27 708
Taxa Bruta de Divorcialidade (‰)	1,1	1,2	1,2	1,4	1,2	1,3	1,4	1,5	1,7	1,9	1,8	2,7
Idade média ao divórcio												
Homens	40,1	39,3	39,7	39,7	40,5	41,4	41,0	40,9	40,3	40,9	40,8	40,3
Mulheres	37,9	37,1	37,6	37,2	38,2	39,0	38,5	38,3	37,8	38,4	38,2	37,8
Divórcios/Casamento	14,8	17,8	17,7	20,6	18,7	21,1	21,4	22,7	25,7	30,0	32,3	49,1

Fonte: INE, Estimativas Definitivas de População Residente Intercensitárias, 1991-2000 e Estimativas Provisórias de População Residente, 2001 e 2002

Importa referir que Portugal observa a segunda taxa de nupcialidade mais elevada da UE cuja média foi estimada em 4,8‰ 2002⁵. O valor mais elevado é pertença da Dinamarca (6,9‰) e o mais baixo, da Bélgica (3,9‰, valor provisório). A Suécia regista dos níveis mais baixos (4,3‰), como seria de esperar tendo em conta a elevada

proporção de nascimentos fora do casamento. O facto da Dinamarca associar o nível de nupcialidade mais forte com uma percentagem de nados vivos fora do casamento próxima de 45%, nível bastante acima da média comunitária parece indiciar a formalização da vivência em comum.

Quadro 6

Casamentos segundo o estado civil anterior (%) Portugal, 1991-2002												
	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002
Casamentos de homens solteiros - %	91,48	91,36	91,58	91,32	90,82	90,41	90,76	90,63	90,64	90,03	89,09	89,16
Casamentos de mulheres solteiras - %	94,43	94,10	94,40	94,19	93,69	92,89	93,19	93,07	92,94	92,33	91,46	91,89
Casamentos de homens divorciados - %	6,28	6,39	6,30	6,75	7,22	7,87	7,51	7,71	7,82	8,38	9,25	9,46
Casamentos de mulheres divorciadas - %	4,28	4,59	4,50	4,77	5,25	6,05	5,87	5,93	6,12	6,74	7,49	7,28
Casamentos de homens viúvos - %	2,25	2,25	2,11	1,93	1,96	1,72	1,73	1,66	1,54	1,59	1,66	1,38
Casamentos de mulheres viúvas - %	1,29	1,31	1,10	1,04	1,05	1,07	0,93	1,00	0,94	0,94	1,04	0,82

Fonte: INE, Estimativas Definitivas de População Residente Intercensitárias, 1991-2000 e Estimativas Provisórias de População Residente, 2001 e 2002

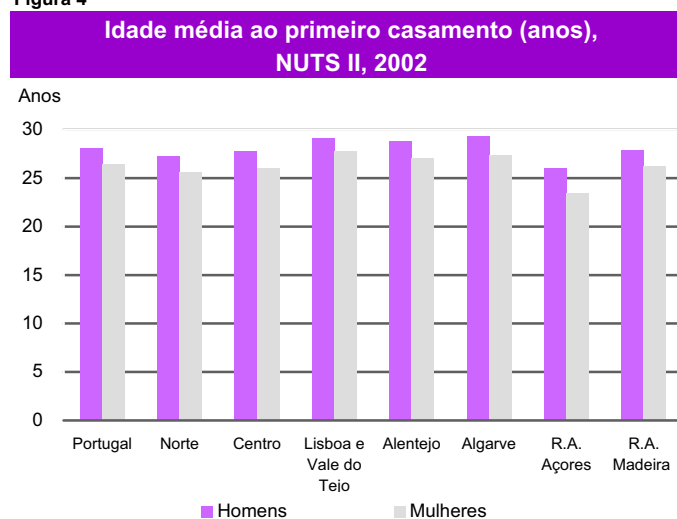
A proporção de casamentos de solteiros no total de casamentos diminuiu, tanto para homens como para mulheres entre 1991 e 2002. Reforçando a emergência de novos modelos familiares, nomeadamente a reconstituição de famílias, a importância relativa dos casamentos de divorciados continuou a crescer, representando, no final do período em análise, 7,3% entre as mulheres e 9,5% entre os homens. O recasamento de viúvos permanece mais frequente entre os homens, mas com tendência para baixar, à semelhança do que ocorre com as mulheres.

O indicador de primo nupcialidade inverteu o sentido a partir de 1999, tendo apenas 67% das mulheres celebrado o primeiro casamento até aos 50 anos em 2002, valor que baixa para 64% nos homens.

Em Portugal os jovens têm vindo adiar o casamento. Em 1991, os homens celebraram o primeiro casamento em média, com 26 anos, idade que se elevou para os 28 anos em 2002. Igual adiamento se observa nas mulheres com a idade a aumentar dos 24 para os 26 anos no mesmo período. A idade média ao casamento revela um comportamento semelhante.

Observa-se uma heterogeneidade na distribuição regional das idades médias ao primeiro casamento. É em Lisboa e Vale do Tejo e no Algarve que tanto os homens como as mulheres casam pela primeira vez mais tarde. Ao contrário, é na Região Autónoma dos Açores que os primeiros casamentos ocorrem mais cedo (26 anos para os homens e 23, 4 para as mulheres em 2002).

Figura 4



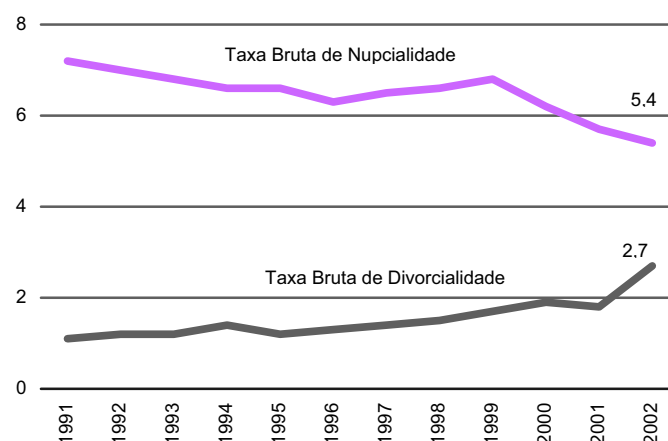
Fonte: INE, Estatísticas Demográficas

Os casamentos tornaram-se menos estáveis, situação bem evidenciada pelo acréscimo contínuo do número de divórcios, sobretudo no início do século XXI e pelo quociente entre o número de divórcios e o de casamentos. O forte aumento observado em 2002 pode reportar-se à mudança recente da legislação que facilita a obtenção da dissolução do casamento junto das conservatórias do registo civil.

A taxa bruta de divorcialidade entre 1991 e 2002 mais do que duplicou, passando de 1,1 para 2,7 divórcios por mil habitantes e tende a convergir com a taxa bruta de nupcialidade.

Figura 5

Taxas brutas de nupcialidade e divorcialidade (%), Portugal, 1991-2002



Fonte: INE, Estatísticas Demográficas

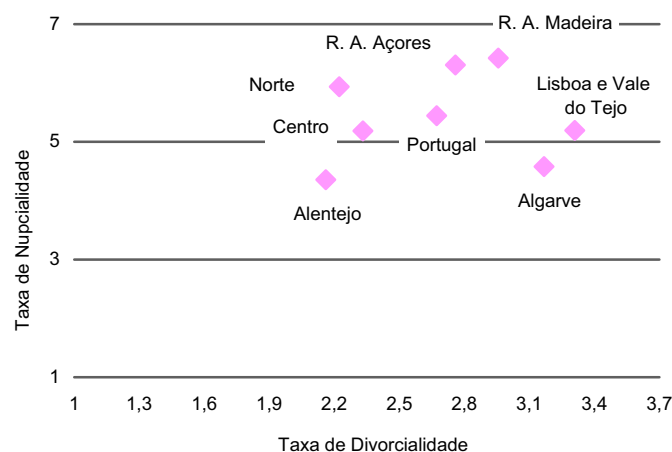
Portugal regista uma taxa de divórcios que se insere na média comunitária e bastante superior à observada nos países da Europa do Sul, sendo dupla da verificada em Espanha no ano de 2001.

A idade média ao divórcio tem-se mantido quase inalterável ao longo do período em análise, rondando os 40 anos para os homens e os 38 para as mulheres, reflectindo a diferença de idades ao casamento.

As disparidades regionais em termos de formação e dissolução de casamentos persistem. As Regiões Autónomas detêm as taxas de nupcialidade mais elevadas, seguidas do Norte. No que se refere às taxas de divorcialidade é em Lisboa e Vale do Tejo e no Algarve que se encontram os valores mais expressivos ou seja, nas regiões em que os casamentos se celebram mais tarde.

Figura 6

Taxas brutas de nupcialidade e divorcialidade (por mil habitantes), NUTS II, 2002



Fonte: INE, Estatísticas Demográficas e Estimativas Provisórias da População

O Norte regista simultaneamente a taxa de nupcialidade mais alta entre as regiões do Continente (5,9‰) e uma das taxas de divorcialidade mais baixa do país (2,2‰).

De notar o comportamento do Alentejo com valores pouco significativos, tanto em termos de nupcialidade como de divorcialidade, comparativamente à média do país. A importância que tomam outras formas de conjugalidade, como os casamentos sem registo, pode explicar estas diferenças.

4. Mortalidade e Esperança de Vida

É na diminuição da mortalidade e sobretudo no modelo de mortalidade por idades que se encontra a causa explicativa do envelhecimento no topo da pirâmide por idades. De facto os ganhos alcançados tornaram possível a sobrevivência de um número crescente de pessoas idosas.

Na UE esta situação ocorre com a designada primeira transição epidemiológica ligada à rarefacção dos óbitos causados por doenças infecciosas e que terminou em toda a Europa Ocidental entre 1950 e 1960. A esta transição epidemiológica seguiu-se um novo período de recuo da mortalidade como consequência dos progressos terapêuticos na luta contra as doenças de degenerescência orgânica (cancro e doenças cardiovasculares) e a importância da prevenção.

Portugal, à semelhança da Espanha e da Grécia na segunda metade do século XX estava afastado de outros países da UE em cerca de 10 anos na esperança de vida. O País vem a recuperar e em quarenta anos ganhou 12, 5 anos de vida nos homens e 13, 7 anos nas mulheres.

Os anos 70 do século XX foram os anos de grande progresso no campo da mortalidade para os países da comunidade, embora com ritmos diferentes. A baixa da mortalidade implica todo um processo em que interagem os factores biológicos e o ambiente. Por outro lado, muitas doenças tornaram-se crónicas como é caso da SIDA em que os doentes vivem mais de quinze com a doença, desde que tenham um adequado acompanhamento médico.

Quadro 7

Indicadores sobre a Mortalidade, Portugal, 1991-2002						
Anos	1991	1992	1993	1994	1995	1996
Óbitos	103 882	100 638	105 950	99 232	103 475	106 881
Taxa Bruta de Mortalidade (‰)	10,4	10,1	10,6	9,9	10,3	10,6
Óbitos com menos de um ano	1 254	1 052	985	867	796	747
Taxa de Mortalidade Infantil (‰)	10,8	9,2	8,6	7,9	7,4	6,9
Esperança de vida à nascença						
Homens	70,58	70,75	71,00	71,45	71,83	71,65
Mulheres	77,60	78,00	78,24	78,51	78,95	78,97
Esperança de vida aos 45 anos						
Homens	29,88	30,06	30,10	30,32	30,72	30,63
Mulheres	34,89	35,22	35,35	35,59	35,96	35,90
Esperança de vida aos 65 anos						
Homens	14,12	14,31	14,32	14,43	14,71	14,66
Mulheres	17,23	17,54	17,65	17,82	18,11	18,05
Anos	1997	1998	1999	2000	2001	2002
Óbitos	104 778	106 198	107 871	105 364	105 092	106 258
Taxa Bruta de Mortalidade (‰)	10,4	10,5	10,6	10,3	10,2	10,2
Óbitos com menos de um ano	726	682	651	662	567	574
Taxa de Mortalidade Infantil (‰)	6,4	6,0	5,6	5,5	5,0	5,0
Esperança de vida à nascença						
Homens	71,86	72,23	72,46	72,89	73,39	73,68
Mulheres	79,13	79,40	79,57	79,90	80,37	80,56
Esperança de vida aos 45 anos						
Homens	30,76	31,03	31,14	31,40	31,78	31,91
Mulheres	36,06	36,32	36,40	36,60	36,98	37,13
Esperança de vida aos 65 anos						
Homens	14,76	14,94	14,97	15,18	15,55	15,68
Mulheres	18,22	18,43	18,46	18,64	19,01	19,15

Fonte: INE, Estimativas Definitivas de População Residente Intercensitárias, 1991-2000 e Estimativas Provisórias de População Residente, 2001 e 2002

Em 2002, registaram-se 106 258 óbitos de residentes em Portugal, ou seja um ligeiro acréscimo, comparativamente ao ano anterior.

A taxa bruta de mortalidade estabilizou à volta dos 10 óbitos por mil habitantes, valor que se insere na média comunitária⁶(9,8‰ em 2002)

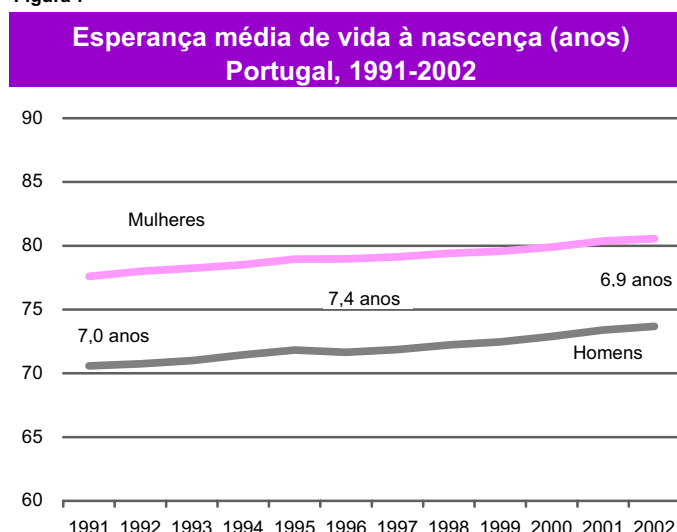
A Dinamarca (10,9‰) e a Suécia (10,6‰) possuem as taxas mais elevadas enquanto as mais baixas se encontram na Irlanda (7,5‰) e no Luxemburgo (8,4‰).

A partir de 1995 Portugal deixou de possuir a taxa de mortalidade infantil mais elevada entre os países da UE, aproximou-se dos padrões europeus, rondando os 5 óbitos com menos de um ano por mil nados vivos. Estima-se⁷ que em 2002 a média da UE atinja os 4,5‰ pertencendo à Grécia (5,9‰), Reino Unido (5,3‰), Países Baixos, Luxemburgo e Irlanda com 5,1‰ as taxas mais elevadas à Suécia (2,8‰), Finlândia (3,0‰) e Espanha (3,4‰) observam os níveis mais baixos.

A análise de tábuas de mortalidade sucessivas permite identificar o avanço no campo da esperança de vida. Entre 1991 e 2002 a esperança de vida à nascença aumentou em Portugal 2,9 anos para os homens e 2,6 anos para as mulheres e situou-se em 73,7 anos e 80,6 respectivamente, valores ainda afastados da média europeia⁸ (75,5 anos nos homens e 81,6 anos nas mulheres em 2002) e que o colocam na penúltima posição, no que concerne aos homens e num lugar intermédio para as mulheres.

O ritmo de crescimento da longevidade, no período em análise, foi mais rápido entre os homens (4,1%) do que entre as mulheres(3,3%), provocando o atenuar do fenómeno da sobremortalidade masculina.

Figura 7



Os maiores valores da esperança de vida observam-se, para os homens, na Suécia (77,7 anos), na Itália (76,8 anos) e nos Países Baixos (75,9 anos) e para as mulheres em Espanha (83,1 anos), França e Itália, ambos com 82,9 anos.

Os progressos no campo da esperança de vida estendem-se a todas as NUTS II, embora com diferente intensidade.

Em Portugal é no Centro que tanto homens como mulheres, viviam em média o maior número de anos (74, 8 anos e 81, 2 anos, respectivamente em 2001/2002). Ao contrário, é nas regiões autónomas que em média se vive menos, não tendo os homens ainda conseguido ultrapassar os setenta anos enquanto as mulheres alcançaram os 77,5 anos de vida média.

Os maiores ganhos em termos de esperança média de vida no período de 1991 a 2002 observaram-se no Centro para os homens (3,5 anos) e no Norte para as mulheres (3,1 anos). Em oposição, os menores ganhos ocorreram na Região Autónoma da Madeira (1,2 nos homens e 0,68 anos nas mulheres) que continua assim a ocupar a última posição em termos de vida média, nos homens com 68,5 anos.

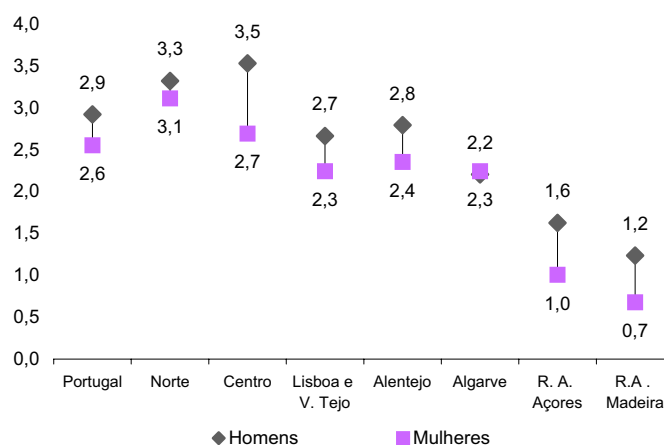
O aumento de longevidade tende a atenuar-se à medida que os ganhos de vida progridem.

No entanto em Portugal os ritmos de crescimento da esperança de vida média são mais fracos nas regiões em que se vive menos.

A sobremortalidade masculina, está bem visível na análise da mortalidade para cada sexo e idades.

Figura 8

**Ganhos em esperança de vida à nascença
(em anos), NUTS II, 1991-2002**



Fonte: INE, Estimativas de População Residente (cálculo das autoras)

A relação da sobremortalidade, isto é, o excesso de mortalidade masculina face à mortalidade feminina, cresce desde a nascença e atinge o valor máximo no ano de 2002 na idade exacta dos 25 anos, idade em que o risco de morte corresponde a quatro homens por cada mulher. A relação da sobremortalidade masculina desce gradualmente com o avanço da idade, permanecendo tripla até atingir a idade dos 35 anos. Aos 65 anos o risco de morte dos homens face ao das mulheres é praticamente metade do observado aos 25 anos.

As razões da longevidade feminina são conhecidas e prendem-se com a maior protecção hormonal que a mulher possui até atingir a menopausa. Os avanços na medicina e a adopção de tratamentos hormonais de substituição, eventualmente podem conferir uma posição favorável às mulheres que contrabalança todas as situações de stress, provocadas pela sua maior participação no mercado de trabalho, envolvimento em acidentes de veículos a motor e a adopção de comportamentos de risco semelhantes aos dos homens, no que se refere ao consumo de álcool e tabaco.

O aumento da esperança de vida tem sido transversal a todas as idades, destacando-se os aumentos às idades exactas dos 20 e dos 45 anos, em ambas superiores a dois anos. A partir dos quarenta anos os ganhos de vida são sempre superiores nas mulheres alimentando a sobremortalidade masculina, embora com níveis mais ténues do que no passado. Entre 1991 e 2002 o aumento de anos de vida dos homens e mulheres que sobreviveram até aos 50 anos foi praticamente idêntico (1,9 anos).

Actualmente estima-se que os homens que atinjam os 65 anos vivam em média mais cerca de 16 anos enquanto para as mulheres a vida média esperada e à mesma idade, sobe para 19 anos. Enquanto que as mulheres que chegam aos 80 anos podem viver mais um ano do que em 1991, os homens conseguiram um ganho mais modesto (0,9 anos).

Estima-se que em 2002, de 100 000 nados vivos, só 90 976 homens tenham alcançado a idade exacta dos 50 anos, número manifestamente inferior ao das mulheres que sobreviveram à mesma idade (96 173).

Quadro 8

Esperança de vida e níveis de sobrevivência às diversas idades, Portugal, 1991-2002												
Anos	e 0 anos		e 20		e 50		e 60		e 70		e 80	
	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M
Esperança de vida (ex)												
1991/92	70,75	78,00	52,49	59,19	25,77	30,60	17,84	21,74	11,10	13,59	6,04	7,17
1995/96	71,65	78,97	52,94	59,90	26,33	31,27	18,26	22,31	11,41	14,05	6,14	7,46
2000/01	73,39	80,37	54,38	61,08	27,49	32,35	19,29	23,32	12,15	14,92	6,81	8,17
2001/02	73,68	80,56	54,61	61,25	27,63	32,50	19,43	23,45	12,27	15,03	6,86	8,18
Anos	l 0 anos		l 20		l 50		l 60		l 70		l 80	
	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M
Número de sobreviventes (lx)												
1991/92	100 000	100 000	97 333	98 401	88 994	95 027	80 733	90 919	63 976	81 585	34 495	56 270
1995/96	100 000	100 000	98 026	98 746	89 489	95 541	81 871	91 857	65 748	83 201	37 147	59 316
2000/01	100 000	100 000	98 518	99 056	90 712	96 082	83 887	92 750	69 484	85 110	41 301	63 051
2001/02	100 000	100 000	98 609	99 092	90 976	96 173	84 174	92 898	69 948	85 413	42 063	63 939

Fonte: INE, Estimativas Definitivas de População Residente Intercensitárias, 1991-2000 e Estimativas Provisórias de População Residente, 2001 e 2002

Em 1991, de 100 000 nados vivos apenas 81 585 esperavam atingir os 70 anos, número que se elevou para 85 413 passados onze anos. De notar que o número de homens sobreviventes aos 70 anos (69 948), em 2002, é inferior ao número de mulheres sobreviventes à mesma idade em 1991.

As principais causas de morte, registadas em 2001, último ano para o qual existe informação disponível, são as doenças do aparelho circulatório, os tumores malignos e os acidentes de transporte. As doenças do aparelho circulatório continuam a ser a primeira causa de morte em Portugal. Os problemas de hipertensão, níveis elevados de colesterol, os hábitos alimentares e os estilos de vida incluindo a sedentarização, explicam a importância que estas causas de morte assumem quando comparadas com os países da UE. As doenças cerebro-vasculares são as responsáveis pelo maior número de óbitos em Portugal, esta causa de morte é maioritariamente feminina e está associada à idade. Em 2001, a importância relativa da morte devida à referida causa continuou a progredir e assume particular relevância entre os homens a partir dos 50 anos, idade em que a mortalidade masculina causada por aquela causa de morte é praticamente o dobro da ocorrida nas mulheres. A situação inverte-se a partir dos 75 anos de idade, quando a sobremortalidade feminina se torna fortemente gravosa, traduzindo a maior longevidade da mulher. Pode dizer-se que as doenças cérebro vasculares, à semelhança das doenças isquémicas, estão particularmente associadas ao envelhecimento.

Quadro 9

Principais causas de morte em Portugal - 2000/2001								
(Lista Básica da CID-9)								
Causas de Morte	CID - 9 Lista Básica	2000 (%)			2001 (%)			
		HM	H	M	HM	H	M	
Tuberculose	02, 077	0,32	0,46	0,17	0,33	0,47	0,17	
Tumores Malignos	08 - 14	20,33	23,05	17,36	20,85	23,50	17,95	
Esófago	090	0,50	0,76	0,20	0,51	0,80	0,20	
Estômago	091	2,48	2,87	2,06	2,45	2,85	2,01	
Colon	093	1,93	2,03	1,83	2,11	2,22	1,99	
Traqueia, brônquios e pulmões	101	2,72	4,24	1,06	2,72	4,29	1,00	
Mama feminina	113	1,44	0,00	3,02	1,57	0,00	3,28	
Próstata	124	1,61	3,28	0,00	1,62	3,00	0,00	
Tecido linfático e dos órgãos hematopoéticos	14	1,54	1,57	1,51	1,58	1,63	1,52	
Diabetes Mellitus	181	2,97	2,34	3,66	3,76	3,03	4,57	
Doenças do Aparelho Circulatório	25-30	38,73	33,71	44,21	38,59	33,43	44,23	
Doenças Isquémicas do Coração	27	8,47	8,81	8,10	8,55	8,90	8,17	
Enfarte agudo do miocárdio	270	5,97	6,60	5,28	6,06	6,71	5,34	
Doenças cerebro-vasculares	29	19,88	16,50	23,58	19,41	16,05	23,07	
Pneumonia	321	4,40	4,32	4,48	3,67	3,74	3,59	
Bronquite crónica, Enfisema e Asma	323	0,75	0,89	0,60	0,66	0,80	0,50	
Doenças Crónicas do Fígado e Cirrose Hepática	347	1,73	2,44	0,94	1,86	2,65	1,00	
Sintomas, Sinais e Afecções mal definidas	46	12,43	12,18	12,71	11,36	10,89	11,87	
Infecção por vírus humano de imunodeficiência	57	0,90	1,40	0,34	0,97	1,57	0,32	
Outras Causas de Morte		17,45	19,21	15,52	17,96	19,94	15,81	
Total dos Óbitos		100	100	100	100	100	100	
Acidentes de transporte	E 47	30,37	33,38	22,46	37,66	39,34	33,24	
Suicídios e lesões auto-infligidas	E 54	11,10	12,19	8,24	14,98	15,94	12,45	
Homicídios	E 55	1,97	1,89	2,18	2,46	2,63	2,01	
Outras Causas de Morte E		56,56	52,54	67,13	44,91	42,09	52,30	
Total Causas E		100	100	100	100	100	100	

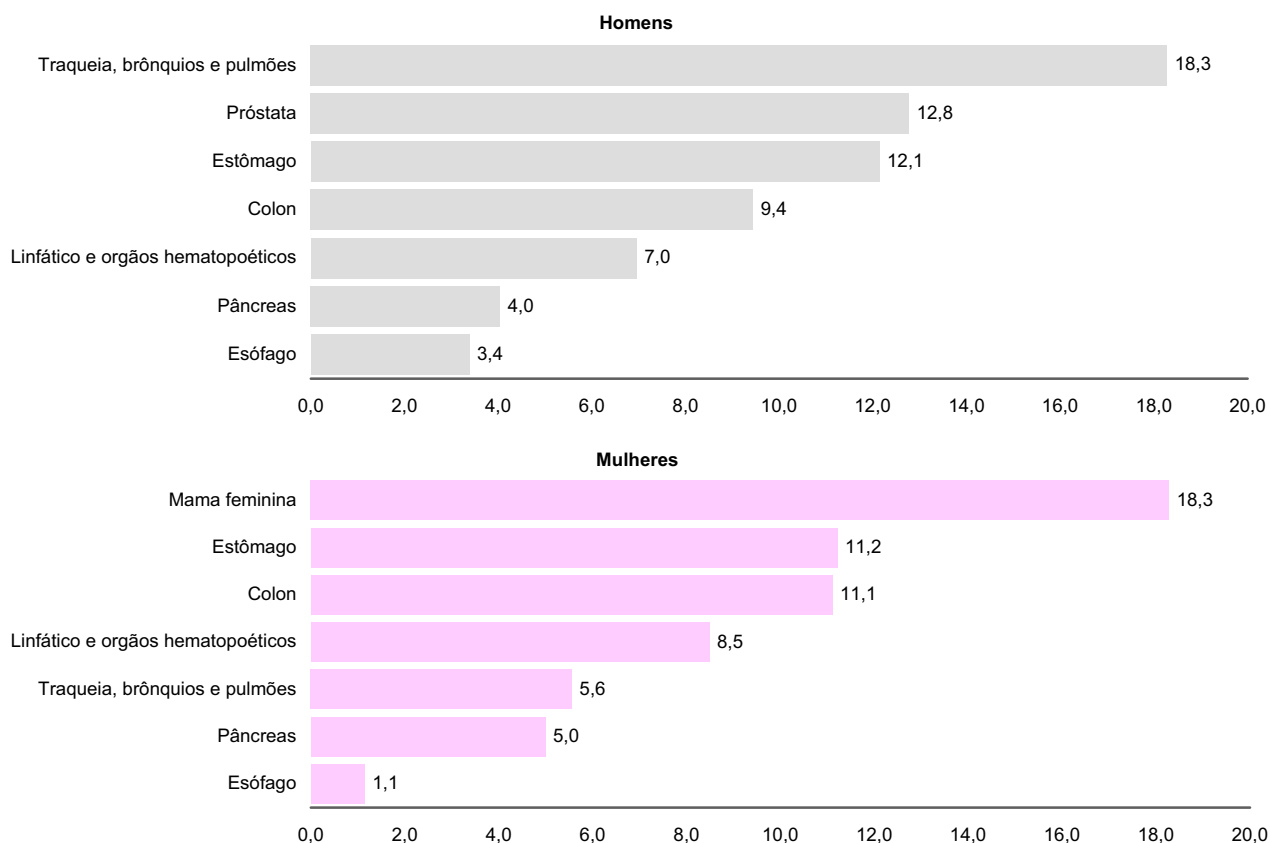
Fonte: INE, Estatísticas da Saúde, 2000 e 2001

Os tumores malignos da traqueia, brônquios e pulmões, da mama e do cólon não cessam de aumentar.

Dentre os tumores malignos o da traqueia, brônquios e pulmões e o da mama, ocupam o primeiro lugar como causa de morte, respectivamente entre os homens e as mulheres e com igual representação (18,3%). O tumor do esófago adquire um peso muito maior entre os homens (3,4%) do que nas mulheres (1,1%).

Figura 9

Tumores malignos por sexo (%), Portugal, 2001



Fonte: INE, Estatísticas da Saúde 2001

Em 2001 registaram-se 1 818 óbitos por acidente de trânsito concentrando-se quase metade no grupo etário dos 15-39 anos. Apesar da redução de mortes devido a acidentes de trânsito de veículos a motor no período em análise, o ano de 2001, registou um acréscimo de morte comparativamente ao ano anterior, sobretudo nos homens.

Quadro 10

Óbitos causados por acidentes de trânsito de veículos a motor, Portugal, 1991-2001

Idades	1991			1992			1995			2000			2001		
	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M
15-19	347	298	49	324	278	46	256	205	51	100	81	19	162	133	29
20-24	381	336	45	354	303	51	349	295	54	208	186	22	233	195	38
25-29	281	232	49	260	225	35	217	185	32	133	117	16	171	149	22
30-34	211	185	26	194	164	30	160	140	20	101	88	13	122	96	26
35-39	172	145	27	173	140	33	143	119	24	71	62	9	122	105	17
15-39	1 392	1 196	196	1 305	1 110	195	1 125	944	181	613	534	79	810	678	132
TOTAL	2 896	2 270	626	2 774	2 191	583	2 466	1 914	552	1 350	1 081	269	1 818	1 377	441
15-19	100	85,9	14,1	100	85,8	14,2	100	80,1	19,9	100	81,0	19,0	100	82,1	17,9
20-24	100	88,2	11,8	100	85,6	14,4	100	84,5	15,5	100	89,4	10,6	100	83,7	16,3
25-29	100	82,6	17,4	100	86,5	13,5	100	85,3	14,7	100	88,0	12,0	100	87,1	12,9
30-34	100	87,7	12,3	100	84,5	15,5	100	87,5	12,5	100	87,1	12,9	100	78,7	21,3
35-39	100	84,3	15,7	100	80,9	19,1	100	83,2	16,8	100	87,3	12,7	100	86,1	13,9
15-39	100	85,9	14,1	100	85,1	14,9	100	83,9	16,1	100	87,1	12,9	100	83,7	16,3
TOTAL	100	78,4	21,6	100	79,0	21,0	100	77,6	22,4	100	80,1	19,9	100	75,7	24,3

Fonte: INE, Estatísticas da Saúde, 1991-2001

A incidência mais elevada situa-se no grupo etário dos 25-29 anos (87,1%) enquanto nas mulheres se centra nas idades dos 30-34 anos (21,3%). De salientar que recentemente a maior frequência ocorre em idades mais avançadas, tendo-se deslocado um grupo quinquenal, tanto nos homens como nas mulheres.

Não é possível com base no registo das Estatísticas de Saúde, fonte de informação, para o estudo do fenómeno da mortalidade apurar os óbitos causados por acidentes em veículos de duas rodas e se a morte ocorre enquanto condutores ou como passageiros.

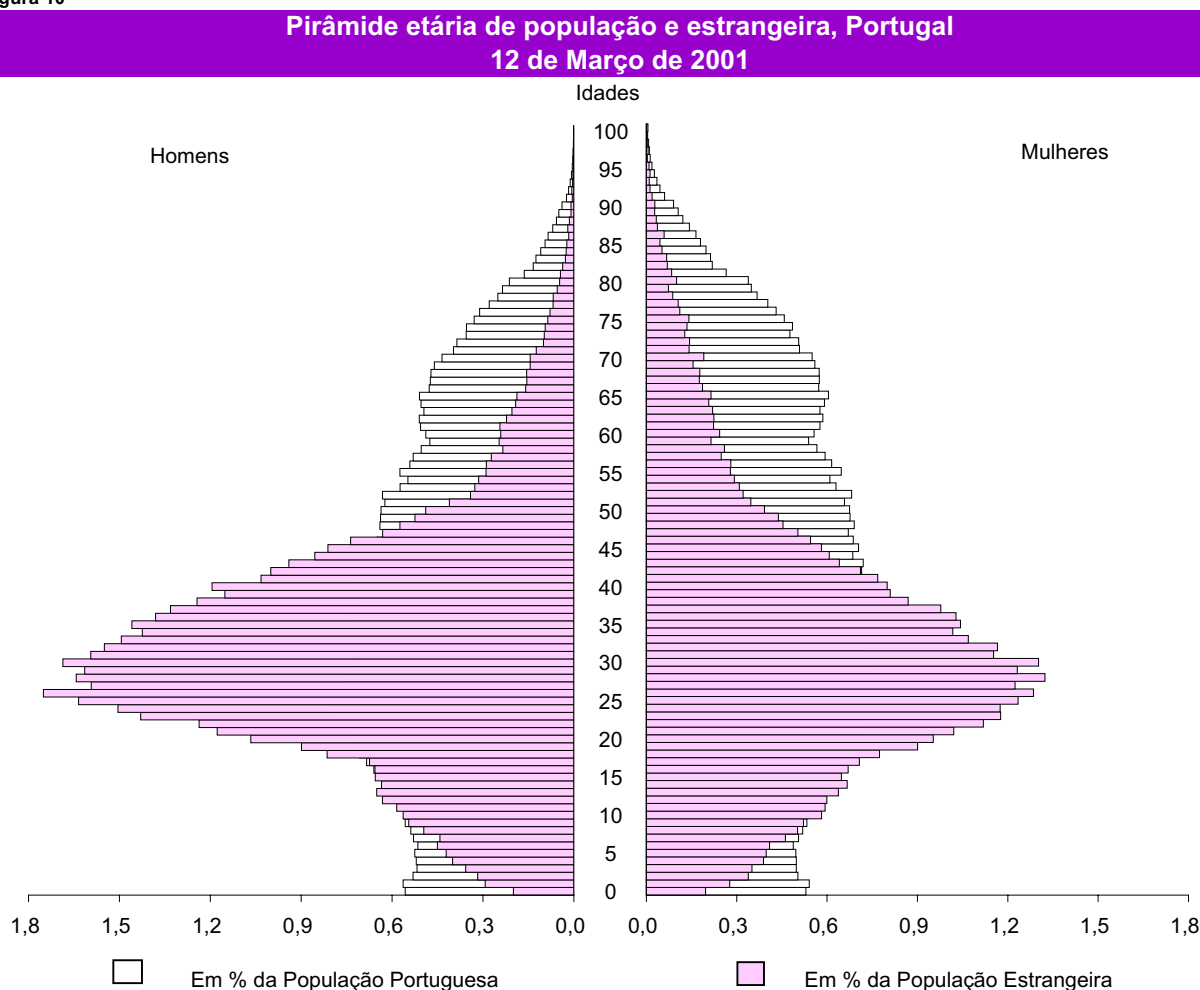
5. As migrações e a população estrangeira

O contributo das migrações na dinâmica do crescimento da população depende do sentido, das características que revelam e da sua duração.

Podem distinguir-se dois tipos de impacte dos migrantes na população de acolhimento. Um, que actua nos comportamentos demográficos de fenómenos como a fecundidade, modelos familiares e mortalidade, para o qual contribuem os imigrantes que permanecem há mais tempo no país. Outro efeito, e este mais imediato incide sobre a estruturas da população ou seja na repartição por sexo e idades e são obra dos imigrantes recentes. Estas diferenças explicam-se pelos motivos que determinam a saída dos países de origem e que se prendem maioritariamente a motivos de natureza económica.

A população estrangeira de acordo com os Censos de 2001 é mais jovem do que a população nacional, e concentra-se na faixa da população em idade activa. Ora, esta é precisamente a população mais afectada pela emigração portuguesa, o que pode atenuar o efeito sobre a estrutura da população em idade activa.

Figura 10



Fonte: INE, Recenseamento Geral da População 2001

A população de nacionalidade estrangeira residente em Portugal tem variado na sua composição, mesmo que a sua dimensão não se altere muito, como consequência da sua própria migração ou da naturalização, servindo Portugal muitas vezes como uma porta de entrada para o espaço europeu.

A repartição por sexos da população estrangeira difere da população nacional na qual as mulheres estão sobrerrepresentadas, como consequência da sua mais prolongada duração de vida. Ao contrário, os homens predominam na população de nacionalidade estrangeira fruto provável da sua maior representatividade no processo migratório, sobretudo entre as populações não comunitárias. De facto, no início, as migrações por natureza económica são sobretudo masculinas. Em fase posterior, e por força do reagrupamento familiar, os fluxos migratórios tendem para um maior equilíbrio na repartição por sexos.

Os estrangeiros nacionais dos países comunitários são igualmente mais jovens, à excepção dos provenientes do Reino Unido⁹.

As migrações afectam a estrutura por sexo e por idades de uma população, quer de um modo directo, pela repercussão nos efectivos da população de origem e na de acolhimento, quer de um modo indirecto, pela transferência de nascimentos que podem ter associadas. Este aspecto está bem evidenciado nas pirâmides etárias da população residente total e da população estrangeira residente em Portugal.

Os fluxos migratórios que se seguem a uma passagem a situação de reforma estão, de um modo geral, associados ao clima do país de origem e de acolhimento. Qualquer que seja o tipo da migração esta, se significativa, influencia a repartição por sexo e idades da população de partida e de chegada.

A avaliação das migrações internacionais e internas em Portugal, apresenta dificuldades particulares, na medida em que não existe um registo directo e exaustivo dos respectivos acontecimentos.

Os Recenseamentos Gerais da População e o Inquérito ao Emprego (IE) no que se refere à entrada de nacionais e estrangeiros, provenientes do estrangeiro, e também aos movimentos migratórios internos; o Inquérito ao Movimento Migratório de Saídas (IMMS), posto em prática pelo INE em 1994; os dados do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) do Ministério da Administração Interna (MAI), no que se reporta ao stock e fluxos de estrangeiros que legalizaram a residência no país, bem como as Estatísticas dos principais países de destino da emigração portuguesa e de organismos internacionais, têm sido as fontes de informação utilizadas para analisar as tendências e estimar as entradas e saídas anuais em Portugal.

A não estratificação da amostra para a variável migratória dos IE e do IMMS, a sua não representatividade a nível geográfico mais fino do que NUTS II, e o elevado erro que as variáveis têm associado, são condicionantes relevantes que tornam os Recenseamentos Gerais da População, uma fonte privilegiada para o estudo do fenómeno migratório em Portugal.

Se o Recenseamento parece ser a fonte de informação mais completa, a sua periodicidade decenal, rapidamente tornam a informação desactualizada. Assim sendo, novas fontes alternativas nomeadamente as administrativas devem ser equacionadas, para melhor perceber o fenómeno.

As migrações são no presente o principal factor a influenciar a variação das populações dos países desenvolvidos, devido aos diminutos saldos naturais alcançados, e Portugal como se mostrou não é excepção. Daí que a quantificação do fenómeno se torne cada vez mais exigente.

No que se refere à emigração, os problemas em quantificar os fluxos agravaram-se em 1988 quando foi extinto o *Passaporte de Emigrante*¹⁰ e com a adesão à União Europeia, devido à livre circulação de pessoas nas fronteiras e o acordo de Shengen.

Na emigração portuguesa destacam-se algumas fases de evolução. Uma, que regista o primeiro grande surto emigratório da história contemporânea portuguesa, sobretudo para o Brasil, e que se localiza entre 1911 e 1920 atingindo o valor máximo em 1912; outra, de maior intensidade e que corresponde ao grande ciclo de emigração portuguesa para a Europa, ocorre durante a guerra colonial, situa-se entre 1962 a 1973, e origina a diminuição da população portuguesa no período. Ambas as fases têm subjacente saídas de carácter permanente ou seja, por períodos superiores a um ano. Mais recentemente, em finais dos anos oitenta e início dos noventa, a emigração portuguesa, assume alguma expressão, mas prevalecem os fluxos de carácter temporário, ou seja por período inferior a um ano.

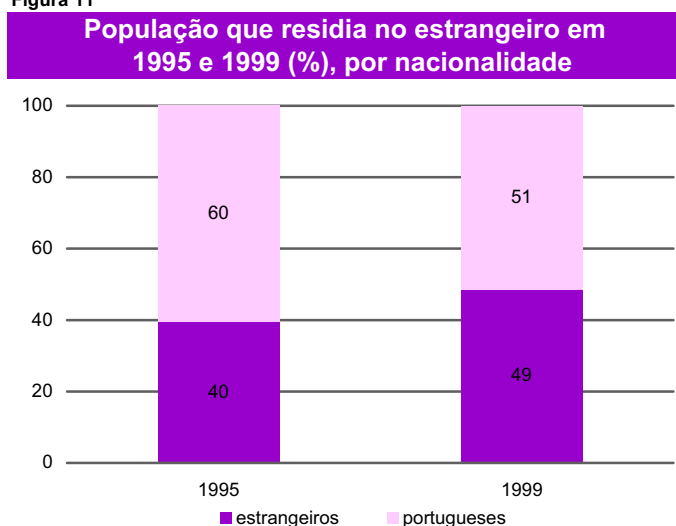
Com o objectivo de assegurar a continuidade da informação estatística sobre emigrantes legais obtida através do acto administrativo da obtenção do passaporte de emigrante, da responsabilidade do então Instituto de Apoio à Emigração e às Comunidades Portuguesas, o INE lançou o Inquérito aos Movimentos Migratórios de Saída (IMMS), sendo os primeiros resultados, referentes a 1992, disponibilizados nas Estatísticas Demográficas de 1993.

Para os anos de 1989 a 1991 e na ausência de informação para medir os fluxos de saída, e com o objectivo de construir uma série estatística longa e consistente, a aplicar no cálculo de estimativas e projecções da população, procedeu-se a uma estimação dos correspondentes valores¹¹. O modelo aplicado avaliou os emigrantes permanentes em 13 663, 15 280 e 16 952, para os anos de 1989, 1990 e 1991, respectivamente.

Com base nos elementos disponíveis e tendo presente os erros associados, é possível quantificar o total dos emigrantes permanentes no período compreendido entre 1991 e 2002 em 64 085 indivíduos. Nota-se uma certa estabilização da emigração permanente recente, a níveis baixos, que rondam os 6 000 indivíduos/ano. Por outro lado, os fluxos emigratórios com duração temporária (indivíduos com intenção de residir no estrangeiro por período inferior a um ano) praticamente multiplicam por três os de natureza permanente. Os fluxos são predominantemente masculinos e têm como destino principal a Europa Comunitária e a Suíça.

Adoptando uma média das correntes emigratórias permanentes e temporárias, pode apontar-se para um total de 118 080 saídas no período de 1994-2002, valores muito afastados dos verificados nos anos sessenta e início dos setenta do século vinte, quando só num ano se atingiu aquele quantitativo.

Figura 11



As entradas provenientes do estrangeiro têm duas componentes, uma a de indivíduos com nacionalidade estrangeira e outra de indivíduos com nacionalidade portuguesa, normalmente designados como regresso de emigrantes. Segundo os Censos 2001 confirma-se que esta última componente continua a ser relevante e atinge cerca de 60% do total dos indivíduos recenseados em Portugal e que declararam residir no estrangeiro em 1995, perde peso e corresponde a 51 % das entradas ocorridas posteriormente a 1999. Estas duas populações, de nacionalidade portuguesa e estrangeira apresentam estruturas por sexo e idades diferentes e consequentemente provocam efeitos também diferentes, pois os motivos que as conduzem são igualmente diversos.¹²

Conforme notícias recentemente divulgadas nos órgãos de comunicação social¹³, nova corrente de entradas em Portugal parece estar a emergir embora o fenómeno, embora o fenómeno não esteja suficientemente estudado e quantificado de modo a inferir-se a sua relevância. É a imigração de filhos de emigrantes portugueses que procuram o país de nacionalidade dos pais para trabalhar, permanecendo estes nos países de acolhimento. Esta situação pode explicar, em parte, o número de população estrangeira com nacionalidade francesa registada nos Censos 2001.

A população estrangeira com residência legalizada em Portugal no final do ano de 2002 ascendia, segundo o SEF, a 238 746 indivíduos, (números provisórios), ou seja uma variação positiva de 6,6% comparativamente ao ano anterior.

Quadro 11

Estrangeiros que legalizaram a residência, 1980-2002							
	1980	1985	1990	1995	2000	2001	2002
Total	50 750	79 594	107 767	168 316	207 607	223 976	238 746
Europa	15 380	22 082	31 412	44 869	61 709	67 121	72 121
África	24 788	34 936	45 255	79 231	98 754	107 273	114 193
América Norte	3 826	7 871	8 993	10 853	10 201	10 187	10 195
América Sul	5 579	11 684	17 376	25 867	27 419	28 856	30 592
Ásia e Oceânia	1 053	2 855	4 509	7 218	9 247	10 258	11 363
DN/SN	124	166	222	278	277	281	282

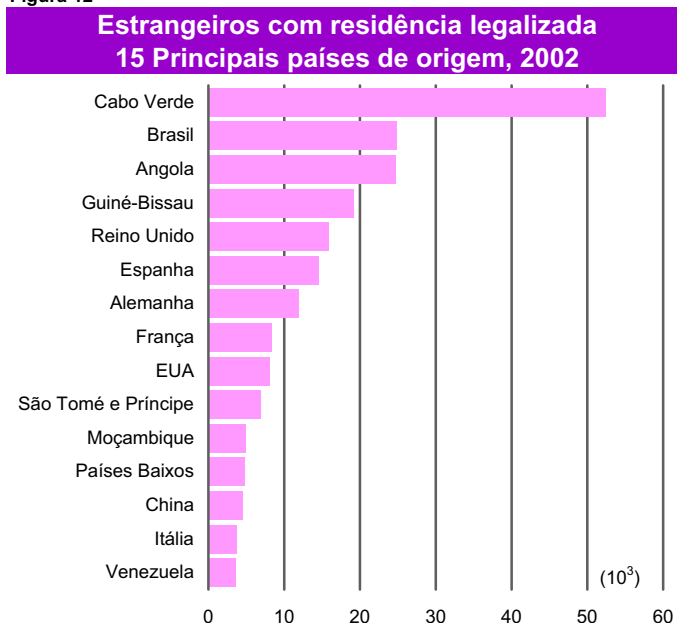
Fonte: MAI/SEF

No que se refere às regiões de origem, pode verificar-se que, a grande maioria dos estrangeiros continuava a ser de origem africana proporção que aumentou sempre nos anos noventa para se situar em 47,8%, em 2001. A população cabo-verdiana constitui a parte mais significativa da população estrangeira com residência legalizada em Portugal, embora tenha perdido importância relativa, em detrimento de outros países também de língua portuguesa (PALP'S). A proporção de cabo-verdianos registados era de 41,4% em 1980, representava praticamente metade da população africana baixando para 22,3% em 2001. Ao contrário, os imigrantes com nacionalidade angolana cresceram de 2,9% para 10,1% e os guineenses de 1,3% para 7,9%, no mesmo período.

Devido à intensidade do fenómeno migratório em situação irregular procedeu-se a duas operações de legalização extraordinária uma em 1992 e outra em 1996, que originaram a legalização de 39 166 e 35 082 cidadãos estrangeiros, respectivamente. Em ambas as operações a maioria dos pedidos, cerca de 70% pertenceu aos nacionais dos países de língua portuguesa (PALP) e dentro desta predominou a nacionalidade angolana, embora tenham perdido peso entre uma e outra.

De acordo com as informações do SEF em Outubro de 2003 decorre o processo de legalização excepcional, com o objectivo único de regularizar a situação, segundo se prevê, de cerca de 30 000 cidadãos com nacionalidade brasileira.

Figura 12



Fonte: MAI/SEF

Da Europa tiveram origem 30,2% dos indivíduos estrangeiros a residir legalmente em Portugal em 2002, facto que traduz ligeiros acréscimos durante os anos noventa. Os países da UE viram a sua importância relativa no total dos europeus recuar, passando de 29,2% em 1980 para 27,5%. Esta evolução parece confirmar a existência de um acréscimo de população estrangeira com residência legalizada, proveniente dos países do leste europeu, expresso num valor residual "outros" que duplicou durante o período (1,1% em 1980 e 2,6% em 2002).

Do conjunto dos países da UE, o Reino Unido (6,7%), Espanha (6,1%) e Alemanha (5,0%) assumem as posições mais importantes, mantendo os mesmos valores.

Os nacionais do Brasil tiveram igualmente um peso relevante crescente: 7,3% em 1980 e 10,5% em 2001 e foram responsáveis pela maioria dos residentes estrangeiros provenientes da América Central e do Sul.

Como nota final é de referir que a Ásia que durante os anos setenta perdeu importância no conjunto da população estrangeira legalizada sofreu um incremento relativo desde 1982, atingindo os 4,5% em 2002.

Do total da população estrangeira com residência legalizada em Portugal, em 2002, 55,6% eram indivíduos do sexo masculino e 44,4% do sexo feminino contra 56,2% e 43,8% no ano anterior atenuando-se assim, a sobre representatividade masculina.

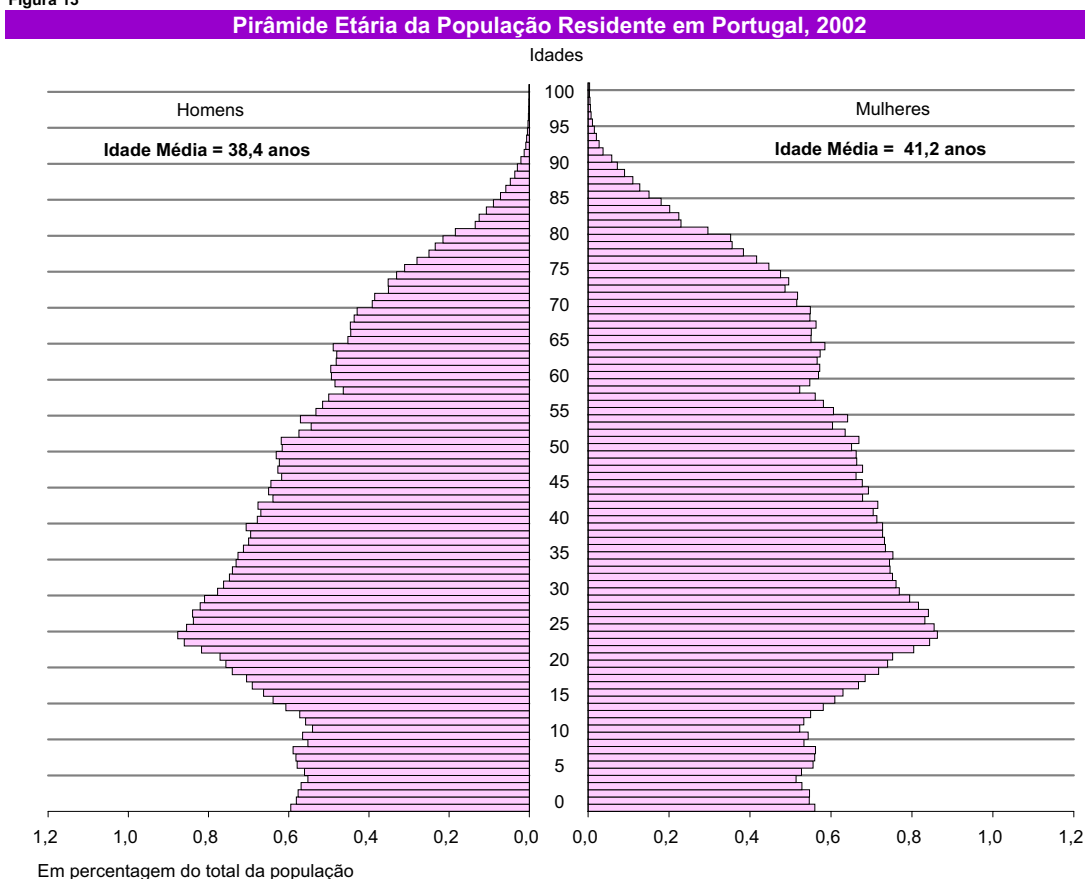
A relação de masculinidade é particularmente elevada entre a população de nacionalidade africana, na qual por cada 100 mulheres residentes em Portugal existem 139 homens enquanto que a média de todas as nacionalidades se situa em 125 homens por cada 100 mulheres. O rácio é mais equilibrado entre a população europeia (113 homens por 100 mulheres). A relação de masculinidade tem vindo a baixar ao longo do tempo, facto que indicia ou o intensificar da entrada de mulheres na situação de imigrantes ou por motivo de reagrupamento familiar. Dentro dos países da UE as mulheres eram supranumerárias nas nacionalidades espanhola, irlandesa e finlandesa.

Importante é conhecer a repartição etária da população estrangeira em Portugal e avaliar, o seu impacto, na população de acolhimento, nomeadamente o possível efeito no atenuar do envelhecimento demográfico. Esta análise não é possível de momento, dado que o SEF não tem a referida informação tratada. Deste modo, só os resultados definitivos dos Censos 2001, permitem, num espaço de tempo curto, conhecer a estrutura etária da referida população.

6. Estruturas etárias e Envelhecimento

A pirâmide de Portugal evidencia a forte queda de fecundidade e o significativo aumento da esperança de vida.

Figura 13



Se nas idades mais baixas, até aos sete anos o recente acréscimo da natalidade retardou o envelhecimento na base da pirâmide, os interruptos ganhos em longevidade, aceleraram o envelhecimento no topo da referida pirâmide.

Os ganhos alcançados em termos de esperança de vida induziram o aumento da idade média da população em cerca de 3 anos, que passou de 35,5 anos em 1991, para 38,4 anos, em 2002, nos homens, e de 38,2 anos para 41,2 anos nas mulheres. O cálculo da idade mediana permite eliminar os efeitos das idades extremas e estima-se, em 2002, em 37 anos para os homens e 40 anos para as mulheres.

Os desequilíbrios entre os efectivos masculinos e femininos nas idades avançadas, consequência da desigualdade perante a morte, anteriormente analisada, estão bem marcados no desenho da pirâmide.

O aumento conjuntural da natalidade verificado após 1995, é visível nas gerações mais recentes mas obviamente insuficiente para compensar o declínio da percentagem de jovens na população. De facto, os efeitos da queda da fecundidade são bastante duradouros e difíceis de recuperar e estão bem expressos na redução da população jovem, que em 1991 tinha um peso relativo de 19 % na população total e em 2002 apenas 15,8 %.

A população em idade activa dos 15-64 anos, aumentou a importância relativa entre 1991 e 2002, passando de 66,7% para 67,5%, mantendo-se praticamente estável comparativamente a 2001. Dentro da população em idade activa ou adulta, ressaltam duas dinâmicas de evolução opostas, com a população mais nova a baixar e a população mais velha a aumentar. Enquanto, a população em idade activa mais jovem (15-24 anos) desceu para 13,4% em 2002 (13,8% em 2001) a população com idades compreendidas entre os 25 e os 64 anos cresceu para 54,1% (53,8% em 2001).

Uma outra decomposição da população em idade activa mostra idêntica evolução. A população dos 15-44 anos diminui para 43,6% em 2002 (de 43,8% em 2001). Ao contrário, a população dos 45-64 anos, ou seja a população em idade activa mais velha, aumenta de 23,8% para 24% no mesmo período. Este comportamento permite concluir que a população em idade activa está a envelhecer.

A população idosa, ou seja, igual ou superior a 65 anos, representava no início do período de observação, cerca de 14%, reforçou essa posição aumentando continuamente até atingir os 16,7% em 2002. Dentro da população idosa o ritmo de crescimento é mais forte nos idosos mais velhos.

O envelhecimento está bem retratado na evolução do peso relativo da população mais idosa (com 75 ou mais anos) que passou de 5,4 % para 7%. A subida foi mais acentuada entre as mulheres que passaram de 6,6% em 1991 para 8,4% em 2002.

A proporção dos mais idosos (80 ou mais anos) na população idosa, em 2002, eleva-se a 21,5% sendo 18,2% nos homens e 23,9% nas mulheres reflectindo o fenómeno da sobremortalidade masculina, contra 17,9% e 23,6% respectivamente para homens e mulheres, no ano anterior.

A estrutura etária da população portuguesa resulta das diferentes evoluções dos movimentos natural e migratório ao longo do período em observação, traduzida em uma nova distribuição dos grupos etários, com um número de pessoas idosas superior ao número de jovens e reflectida nos indicadores demográficos normalmente apresentados para medir o envelhecimento. Em 1991 por cada 100 jovens com menos de quinze anos havia cerca de 72 idosos, em 2002 o rácio sobe a 106 idosos.

Quadro 12

Estrutura por idades da população residente (%) e índices de resumo, 1991-2002												
	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002
0 - 14	19,4	18,8	18,4	17,9	17,5	17,1	16,8	16,5	16,2	16,0	15,9	15,8
15-24	16,4	16,3	16,2	16,1	15,9	15,7	15,4	15,1	14,7	14,3	13,8	13,4
25-64	50,3	50,6	50,9	51,2	51,6	51,9	52,3	52,6	53,0	53,4	53,8	54,1
15 - 64	66,7	67,0	67,2	67,3	67,5	67,6	67,7	67,7	67,7	67,6	67,6	67,5
65 e +	13,9	14,2	14,5	14,7	15,0	15,3	15,6	15,8	16,0	16,4	16,5	16,7
75 e +	5,4	5,5	5,5	5,7	5,9	6,0	6,2	6,4	6,5	6,8	6,9	7,0
80 ou +	2,7	2,8	2,9	3,0	3,1	3,1	3,2	3,2	3,2	3,4	3,5	3,6
Índice de envelhecimento	72,0	75,5	78,7	82,1	85,8	89,2	92,7	95,9	98,8	102,2	104,2	105,5
Índice de dependência total	49,9	49,3	48,9	48,5	48,2	47,9	47,8	47,7	47,6	47,8	48,0	48,1
Índice de dependência jovens	29,0	28,1	27,4	26,6	25,9	25,3	24,8	24,3	24,0	23,6	23,5	23,4
Índice de dependência idosos	20,9	21,2	21,5	21,9	22,2	22,6	23,0	23,4	23,7	24,2	24,5	24,7

Fonte: INE, Estimativas Definitivas de População Residente Intercensitárias, 1991-2000 e Estimativas Provisórias de População Residente, 2001 e 2002

A proporção é mais elevada no caso das mulheres dada a maior longevidade que possuem. O indicador passou de 86 idosas por cada 100 jovens em 1991, para 126 em 2002. Desde 1995 que as mulheres idosas ultrapassam em número as mulheres jovens.

A proporção entre a população em idade activa (15-64 anos) e a população dependente (com menos de quinze anos e com 65 ou mais anos) está evidenciada no índice de dependência total que desceu de 50 em 1991 para 48 dependentes em 2002. Este indicador contém duas tendências opostas; uma descendente, a do índice de dependência de jovens que passou de 29 jovens a cargo para 23 e reflecte a baixa natalidade, e outra ascendente que se traduz num aumento do índice de dependência de idosos de 21 para 25, resultante do aumento da esperança de vida em idêntico período (1991 a 2002).

O índice de envelhecimento não cessa de aumentar e resulta sobretudo da acentuada queda de fecundidade, pois os ganhos no campo da mortalidade observam-se em todas as idades e em especial na mortalidade infantil e assume diferentes evoluções a nível regional. É na Região Autónoma dos Açores que se encontra o valor mais baixo, consequência do facto de esta região só muito recentemente ter deixado de assegurar a substituição das gerações. O índice varia assim, em 2002 de 62 idosos por cada 100 jovens na Região Autónoma dos Açores a 180 idosos por cada 100 jovens no Alentejo. São as zonas onde a natalidade é mais elevada que têm os menores rácios.

Figura 14

Proporção de população jovem em Portugal, 2002

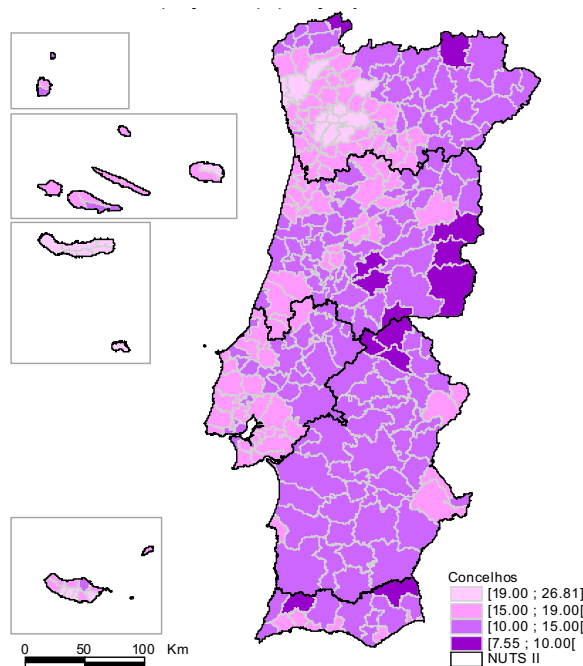
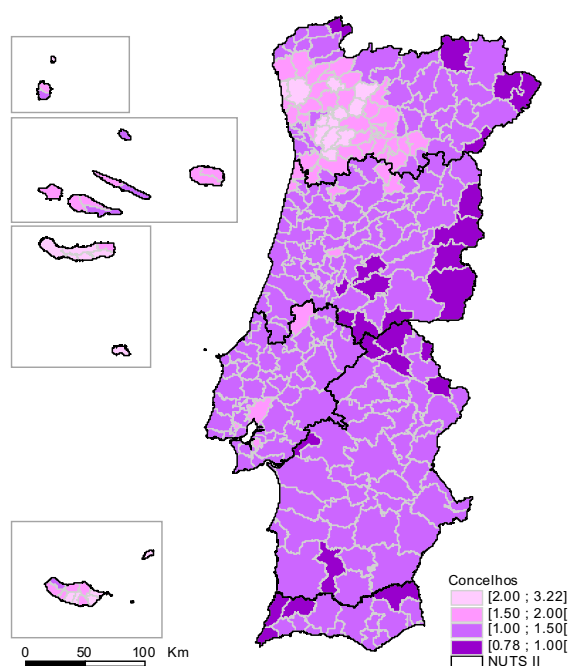


Figura 15

Índice de renovação da população em idade activa, Portugal, 2002



Nas figuras 14 e 15 está bem expresso o fenómeno do envelhecimento a um nível geográfico mais fino, o município, com base na proporção de jovens na população total e no índice de renovação da população em idade activa que compara a população em idade activa mais jovem (20-29 anos) com a população em idade activa mais avançada (55-64 anos) e permite medir a relação entre os que potencialmente entram no mercado de trabalho e os que potencialmente se encontram no final da vida activa.

Todos os municípios com maior percentagem de jovens, entre 19% e 27%, localizam-se no Norte e nas Regiões Autónomas. De ressaltar as manchas no Alentejo, que correspondem a níveis intermédios de população daquela faixa etária, em Campo Maior, Elvas, Moura e Mourão, perfeitamente identificados na análise de resultados Censos 2001.

Os municípios em que a população em idade de entrada na vida activa não é potencialmente suficiente para substituir a que potencialmente atingiu a idade de sair da vida activa, situam-se nas zonas interiores do Norte, do Centro, do Alentejo e do Algarve. Melgaço, Vinhais, Vimioso, Almeida, Sabugal, Penamacor e Alcoutim figuram entre os municípios que têm um índice inferior a um.

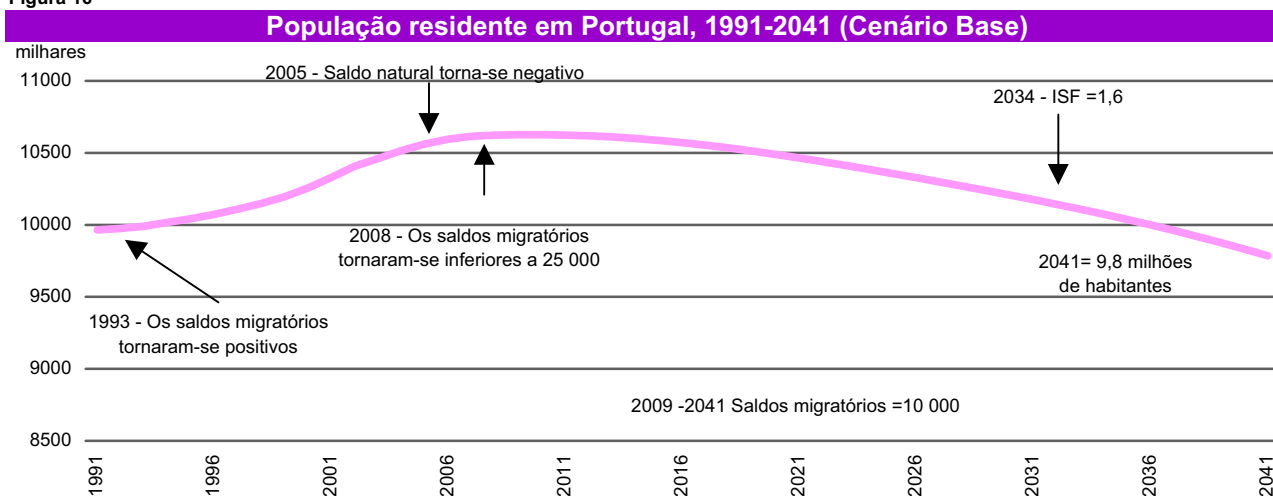
Na quase totalidade dos municípios (200), ou seja em 65% do total a renovação da população em idade activa é assegurada, mas com valor es próximos do limite que permite garantir a renovação, situando-se entre 1 e 1,49.

As projecções de população residente assentes nos resultados definitivos dos Censos 2001 e nas tendências das variáveis demográficas apontam para um decréscimo da população residente, qualquer que seja o cenário escolhido¹⁴.

O *cenário base* conjuga subidas graduais dos níveis actuais de fecundidade e de esperança de vida com saldos migratórios sempre positivos com tendência para se reduzirem e tornaram constantes e iguais a 10 000 indivíduos por ano, a partir de 2009.

Prevê-se que a população residente em 2041 diminua para 9 785,2 milhares de indivíduos, nível inferior ao de 1991. A proporção de população jovem reduzir-se-á a 12,9% e a população idosa aumentará para 29,1% continuando assim o processo de envelhecimento da população portuguesa bem expresso no índice de envelhecimento de 225 idosos por cada 100 jovens.

Figura 16



Fonte: Projecções da População Residente, 2000-2050

Mesmo num cenário de fecundidade alta, com um índice de fecundidade a atingir 1,9 criança por mulher a população situar-se-á em 10 317,0 milhares de indivíduos, em 2041a população idosa aumentará mais moderadamente (27,6%) e o índice fixar-se-á em 185 idosos por cada 100 jovens.

Esta evolução demonstra que a imigração pode retardar o envelhecimento demográfico, dada a maior juventude da sua população, mas não é solução realista.

Conclusões

Desde 1992, assiste-se em Portugal, a um crescimento contínuo da população, tendo o ritmo acelerado a partir do final dos anos noventa e culminando, em 2002, no valor mais elevado conhecido até ao momento. Esta evolução é resultante do intensificar dos fluxos de entrada no País quer na forma de imigrantes com nacionalidade estrangeira quer na forma de regresso de portugueses.

O saldo natural enfraquece a sua importância relativa no crescimento da população, enquanto a componente migratória reforça a sua posição e explica quatro quintos do mesmo.

A fecundidade é baixa, com um nível inferior ao exigido para substituir as presentes gerações de pais, ou seja, cerca de 2,1 crianças por mulher, desde há vinte anos. A esperança de vida continuou a aumentar, no período em análise, com ritmo mais rápido entre os homens, diminuindo ligeiramente a diferença da vida média entre homens e mulheres. Esta dinâmica contribuiu para o intenso envelhecimento da população residente em Portugal e tem profundas implicações económicas e sociais, permanecendo no longo prazo os efeitos da fecundidade, ao contrário dos da longevidade.

A diminuição da mortalidade infantil e adulta, o crescente e contínuo acesso da mulher à educação e ao mercado de trabalho, com a consequente dificuldade em conciliar vida familiar e profissional e a maior disponibilidade de métodos contraceptivos seguros, são factores relevantes na decisão de ter filhos, quando e quantos. O ingresso tardio dos jovens no mercado de trabalho, devido à maior escolarização, implicando a dependência das gerações mais novas às mais idosas são factores igualmente decisivos sobre o número de filhos a ter. A implementação do sistema de segurança social, por outro lado, deu uma maior independência às pessoas idosas e os esquemas de pensões de reforma separaram a função de procriar da de sustentar os pais na velhice.

Em Portugal, nascem actualmente menos crianças, do que há vinte anos, o filho único é a opção maioritária, os pais são mais velhos, escolhem com maior frequência a união de facto como forma de conjugalidade e divorciam-se mais. No que se refere ao padrão da fecundidade os níveis mais elevados deslocaram-se para o grupo etário dos 25-29 anos e a maternidade depois dos trinta tornou-se mais frequente. Paralelamente, a fecundidade das adolescentes baixou significativamente, mas permanece a segunda mais elevada no espaço comunitário.

A diminuição do número de casamentos e o incremento tanto dos nascimentos com coabitação dos pais como dos divórcios confirmam as alterações recentes dos modelos familiares em Portugal.

Portugal tornou-se recentemente um país de imigração, mas continua a ser país de emigração, embora maioritariamente de natureza temporária. O sentido que os fluxos migratórios assumirem no futuro determinam o maior ou menor grau de envelhecimento da população, pois a manutenção da fecundidade a níveis inferiores ao da substituição das gerações parece irreversível.

O fenómeno do envelhecimento demográfico é consequência da transição demográfica isto é, da passagem de um modelo demográfico de natalidade e mortalidade elevados, para um modelo em que ambos os fenómenos assumem níveis fracos, situação que provoca o estreitamento da base da pirâmide etária, com diminuição dos efectivos jovens, acompanhado pelo alargamento do topo da pirâmide, com o acréscimo dos efectivos populacionais mais idosos. Desde o início deste século que a proporção de idosos ultrapassa a de jovens.

A fixação em Portugal de população com nacionalidade estrangeira representa um papel relevante no desenho da pirâmide de idades. Como a estrutura etária dos imigrantes é geralmente mais jovem do que a da população de acolhimento, concentrando-se sobretudo nas idades activas, a entrada de imigrantes pode atenuar o envelhecimento. Contudo, estudos em alguns países desenvolvidos evidenciam que o efeito sobre a composição de idades da população tem sido mais modesto do que o impacto da diminuição da fecundidade, pois os imigrantes tendem a adoptar os padrões de fecundidade e mortalidade das sociedades de acolhimento, e eles próprios envelhecem.

As projecções recentes apontam para a diminuição da população e para a progressão do fenómeno do envelhecimento, mesmo na hipótese de os níveis de fecundidade aumentarem e os saldos migratórios continuarem positivos. A manterem-se as actuais tendências demográficas, Portugal entra, a curto prazo no grupo dos países comunitários com saldos naturais negativos.

Referências Bibliográficas

CARRILHO, Maria José (2002) “ Os Imigrantes no Processo de Envelhecimento em Portugal” A Europa, o Desafio Demográfico e o Espaço de Liberdade, Segurança e Justiça, actas do Debate no Centro Cultural de Belém, Parlamento Europeu, Lisboa.

CARRILHO, Maria José e PATRÍCIO, Lurdes (2002) “A Situação Demográfica Recente em Portugal ”, Revista Estudos Demográficos nº 32, INE, Lisboa.

CARRILHO, Maria José (1993) “O Processo de Envelhecimento em Portugal: Que Perspectivas...?”, Revista Estudos Demográficos nº 31, INE, Lisboa.

CHESNAIS, Jean-Claude (s.d.), *La Démographie*, Que sais-je?, Presses Universitaires de France, Paris.

CONSEIL DE L'EUROPE (2002), *Évolution Démographique Récente en Europe 2001*, Éditions du Conseil de l'Europe, Strasbourg.

DECP/Serviço de Estudos sobre a População (2002) “O Envelhecimento em Portugal - Situação demográfica e socio-económica recente das pessoas idosas”, Revista Estudos Demográficos nº 32, INE, Lisboa.

EUROSTAT, (2001), **Statistiques sociales européennes Démographie**, *Population et Conditions Sociales*, thème'3, Luxemburgo.

EUROSTAT, **Statistiques en Bref – Population et Conditions Sociales**, thème'3, 20/2003, Luxembourg.

INE (2003), **Estimativas Provisórias de População Residente, 2001-2002, Portugal, NUTS II; NUTSIII e Municípios**, Instituto Nacional de Estatística – Departamento de Estatísticas Censitárias da População, Lisboa.

INE (2003), **Estimativas Definitivas de População Residente Intercensitárias, 1991-2000, Portugal, NUTS II; NUTSIII e Municípios**, Instituto Nacional de Estatística – Departamento de Estatísticas Censitárias da População, Lisboa.

INE (2003), **Revista de Estudos Demográficos n 33**, Instituto Nacional de Estatística – Departamento de Estatísticas Censitárias da População, Lisboa.

INE (2001), **Mulheres e Homens em Portugal nos Anos 90**, Instituto Nacional de Estatística – Departamento de Estatísticas Censitárias da População, Lisboa.

INE (1999), **“As Gerações Mais Idosas”**, Série Estudos nº 83, Instituto Nacional de Estatística - Gabinete de Estudos e Conjuntura, Lisboa.

INE, **Estatísticas Demográficas**, Instituto Nacional de Estatística, Departamento de Estatísticas Censitárias e da População, Lisboa.

INE, **Recenseamentos Gerais da População 1991 e 2001**, Instituto Nacional de Estatística, Departamento de Estatísticas Censitárias e da População, Lisboa.

LECAILLON, Jean-Didier (1992), **Démographie Économique – Analyse des Ressources Humaines**, Éditions Litec, Paris.

NAZARETH, J. Manuel (1996), **Introdução à Demografia – Teoria e Prática**, Editorial Presença, Lisboa.

PRESSAT, Roland (1972), **Démographie Statistique**, Presses Universitaires de France, Paris.

SAUVY, Alfred (1984), **La Population**, Que sais-je?, 14ª edição, Presses Universitaires de France, Paris.

TRIBALAT, Michèle (1996) in Chronique de l'Immigration, Population, nº1, 1996, INED, Paris.

SHRYOCK, Henry S., SIEGEL, Jacob (1976), **The Methods and Materials of Demography**, Academic Press Inc., Washington DC.

Notas

¹ Geografia à data dos Censos 2001.

² Eurostat (2003) Statistiques en Bref –Theme 3-20/2003.

³ Sobre esta temática consultar INE (2003)“Estimativas Provisórias de População Residente, 2001-2002, Portugal, NUTS II, NUTS III e Municípios”, Lisboa Setembro 2003.

⁴ Eurostat (2003)- Statistiques en Bref- Theme, 20-2003

⁵ Eurostat (2003)- Statistiques en Bref- Theme, 20-2003

⁶ Eurostat (2003)- Statistiques en Bref- Theme, 20-2003

⁷ Eurostat (2003)- Statistiques en Bref- Theme, 20-2003

⁸ Eurostat (2003)- Statistiques en Bref- Theme, 20-2003

⁹ Sobre esta temática consultar CARRILHO, Maria José “ Os Imigrantes no Processo de Envelhecimento em Portugal ”in A Europa, o Desafio Demográfico e o Espaço de Liberdade, Segurança e Justiça- Parlamento Europeu, Lisboa 2002

¹⁰ Decreto-lei 438/88

¹¹ SILVA, Filipa Estimação feita no DECP/SEP, com recurso a curva de 1970 a 2000, que aplica a tendência temporal com expoente 6.

¹² Sobre esta temática ver MAGALHÃES, Maria da Graça " Migrações Inter NUTS II e Projecções Regionais de População Residente" neste número da Revista.

¹³ CARVALHO, Catarina e FERREIRA, A. Pedro (2003) "A geração do regresso" in ÚNICA, ,3 de Maio de 2003, 60-70, EXPRESSO.

¹⁴ INE (2003) Projecções de População Residente, 2000-2050, Lisboa Abril de 2003.